



EFEITOS DA INFLAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Uma contribuição ao estudo da Correção Monetária

Banca Examinadora

Prof. Orientador \_\_\_\_\_

Prof. \_\_\_\_\_

Prof. \_\_\_\_\_

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO  
DA  
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ANTONIO AGENOR BRUNI

EFEITOS DA INFLAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Uma contribuição ao estudo da CORREÇÃO MONETÁRIA

Dissertação apresentada ao Curso  
de Pós-Graduação da EAESP/FGV -  
Área de Concentração: Administra  
ção Contábil e Financeira, como  
requisito para obtenção de títu-  
lo de Mestre em Administração.

Orientador:

Prof. Hélio de Paula Leite



Fundação Getúlio Vargas  
Escola de Administração  
de Empresas de São Paulo  
Biblioteca



1120/84



1198401120

SÃO PAULO

1983

0.

Escola de Administração de Empresas de São Paulo	
Data 16/5	N.º da Chamada 336.748.12 (81) B8962
N.º Volume 1120/84	Registrado por M

Dis.

2.2

336.748.12:336.74(81)  
336.748.5 (81)

BRUNI, Antonio Agenor. Efeitos da Inflação nas Demonstrações Financeiras. Uma contribuição ao estudo da Correção Monetária. São Paulo, EAESP/FGV, 1983. 113p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Administração Contábil e Financeira).

Resumo: Trata do problema de se refletir, nas demonstrações contábeis, também conhecidas como demonstrações financeiras, os efeitos das variações de preços, e, no caso brasileiro, principalmente o efeito da inflação. O trabalho aborda o fenômeno econômico das variações de preços e a teoria econômica aplicável a tais fenômenos, bem como os métodos de correção monetária disponíveis, como a contabilidade a nível geral de preços, e a contabilidade a preços de reposição. Enfoca ainda o Instituto da Correção Monetária no Brasil, tece críticas ao modelo vigente, e apresenta propostas e sugestões com vistas ao aperfeiçoamento de tal modelo.

Palavras-Chaves: Correção Monetária, Indexação, Variações de Preços, Custo Histórico, Custo de Reposição, Contabilidade, Demonstrações Contábeis, Demonstrações Financeiras, Princípios Contábeis, Inflação, Deflação, Lei Comercial, Lei Fiscal, Valor, Avaliação, Valor de Mercado, etc...

I N D I C E

<u>Item</u>	<u>Assunto</u>	<u>Página</u>
1.	<u>INTRODUÇÃO</u>	1
1.1	Objetivo da Dissertação	1
1.2	As Variações de Preços e seus Reflexos na Contabilidade	4
2	<u>O FENÔMENO ECONÔMICO DAS VARIAÇÕES DE PREÇOS</u>	9
2.1	Considerações Gerais	9
2.2	As Distorções Causadas pela Inflação	10
2.3	Os Efeitos da Inflação	14
2.4	O que tem sido feito para correção das distorções provocadas pela inflação	19
2.4.1	Principais experiências com a implantação de métodos de indexação ou correção monetária	20
3	<u>A TEORIA CONTÁBIL E AS FLUTUAÇÕES DE PREÇOS</u>	24
3.1	O objetivo da Contabilidade	24
3.2	Os Postulados Contábeis	28
3.2.1	Postulado da Entidade Contábil	28
3.2.2	Postulado da Continuidade	29
3.3	Os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos	30
3.3.1	Custo histórico como base de valor	31
3.3.2	Realização da receita e confrontação de despesas	32

3.3.2.1	Reconhecimento da receita antes do ponto de venda	33
3.3.2.2	Reconhecimento de receita por valoração de estoques	33
3.3.2.3	Produtos ou serviços de longo prazo de maturação	33
3.3.2.4	Reconhecimento da receita após o ponto de venda	34
3.3.3	Princípio do Denominador Comum Monetário	35
3.3.4	A Norma, ou Convenção, da Objetividade	36
3.3.5	A Norma, ou Convenção, da Materialidade	37
3.3.6	A Convenção do Conservadorismo	37
3.3.7	A Convenção da Consistência	38
3.3.8	A Evidenciação, ou "Disclosure"	39
3.4	Os Princípios Fundamentais de Contabilidade, no Brasil	41
4	<u>AVALIAÇÃO CONTÁBIL</u>	49
4.1	Introdução	49
4.2	Avaliação de Ativos	49
4.3	Avaliação de Passivos	67
4.4	Avaliação de Resultados	67
4.5	Avaliação de Inventários	69
5	<u>OS MÉTODOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA</u>	71
5.1	Considerações Gerais	71
5.2	Método do Custo de Reposição	72
5.2.1	Operacionalidade do método do custo de reposição	74

5.2.2	Uma variação do método do Custo de Reposição: A Reavaliação de Ativos	76
5.3	Método do Custo Corrigido	77
6	<u>A CONTABILIDADE A NÍVEL GERAL DE PREÇOS</u>	78
6.1	Considerações Gerais	78
6.2	A escolha do índice de preços	78
6.3	Operacionalidade do Método	79
7	<u>O INSTITUTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA NO BRASIL</u>	82
7.1	Considerações Gerais	82
7.2	Resumo histórico da Correção Monetária no Brasil	83
7.3	Situação atual da Correção Monetária, no Brasil	88
7.3.1	A Correção Monetária na Lei Comercial	91
7.3.2	A Correção Monetária na Legislação Tributária	92
7.3.3	A integração da lei fiscal com a lei comercial	93
8	<u>CRÍTICAS AO MODELO DE CORREÇÃO MONETÁRIA OFICIAL DO BRASIL</u>	102
9	<u>PROPOSTAS E SUGESTÕES</u>	107
10	<u>CONCLUSÃO</u>	111
	<u>BIBLIOGRAFIA</u>	112

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 - Objetivo desta Dissertação

O presente estudo tem por objetivo avaliar o instituto da "Correção Monetária", sistema de indexação numa economia em que os preços apresentam oscilações significativas, geralmente em sentido ascendente, caracterizando o fenômeno conhecido como inflação.

No caso do Brasil, em virtude da existência já bastante antiga da inflação, o instituto da Correção Monetária vem apresentando um desenvolvimento que já o transformou, segundo padrões universais, num dos métodos mais perfeitos de indexação; todavia, mesmo na forma atual, ainda não chegou a atingir um estágio que possa ser, teoricamente, considerado ideal.

Este trabalho procurará se limitar à Correção Monetária Contábil, isto é, à teoria e prática do sistema de indexação aplicado às entidades que se utilizam da contabilidade e refletido nas demonstrações contábeis, no Brasil geralmente denominadas de demonstrações financeiras.

Considera-se de fundamental importância tal estudo, no sentido de que as demonstrações financeiras são peças básicas porque utilizadas como instrumentos gerenciais e também informativos para diversas categorias de interessados, e a contabilidade como um processo gerador e fornecedor de insumos para tomadas de decisão.

Inicialmente, é de se consignar que no Brasil as normas e procedimentos contábeis tradicionalmente têm se desenvolvido num sentido inverso àquele que ocorre em países mais desenvolvidos; enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, os usos e costumes dos profissionais que militam na área contábil é que são transformados em normas e procedimentos de contabilidade, quando se revelam práticos, úteis e eficientes, no Brasil, até há bem pouco tempo, a contabilidade existia mais em função de exigências legais do que como técnica auxiliar de gerência empresarial.



Só recentemente, no Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade passou a dispor sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade, e aprovou os Princípios Fundamentais da Contabilidade, os quais são objeto de comentários em capítulo posterior. Tais medidas foram expressas por meio das Resoluções de nºs 529/81 e 530/81, ambas publicadas no Diário Oficial da União, de 26/2/82. O mesmo Conselho Federal de Contabilidade, conforme Edital de 11/11/82 publicado no referido Diário Oficial, comunica que receberia sugestões e pareceres de interessados, no tocante à elaboração das referidas normas.

Os procedimentos contábeis, assim, no Brasil, têm sido resultantes, quase sempre, de normas legais, principalmente de natureza tributária, e dentre estas principalmente as referentes ao Imposto sobre a Renda.

Pode-se afirmar, porém, que tal tendência já começou a sofrer alterações, por influência principalmente do aumento do grau de internacionalização da economia brasileira; as normas e procedimentos utilizados por empresas multinacionais para efeito interno, ao lado do desenvolvimento teórico verificado em instituições de pesquisa acadêmica, como a Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas, o Departamento de Contabilidade e Atuária, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, passaram a influenciar as mudanças, embora só recentemente, com a aprovação da nova Lei das Sociedades por Ações — Lei nº 6.404, de 15/12/76 — essa tendência viesse a ser firmada; o obediência aos princípios contábeis geralmente aceitos, e a separação, nos seus efeitos, da contabilidade fiscal em relação à contabilidade empresarial, são apenas dois exemplos da verdadeira revolução operada com relação aos procedimentos e normas da Contabilidade.

A existência da inflação, porém, tem exigido que os demonstrativos contábeis reflitam tal fenômeno, sob pena de os mesmos se apresentarem completamente distorcidos.

Como uma tentativa de evitar que as empresas fossem tributadas por lucros ilusórios, calculados sobre uma base afetada profundamente pela inflação, desenvolveu-se no Brasil, por meio da legislação tributária, uma sistemática que, aos poucos, resultou em procedimentos que objetivavam e parcialmente o conseguiam, gerar demonstrativos contábeis que refletissem o fenômeno inflacionário. O instituto da Correção Monetária no Brasil é objeto de capítulo especial, neste estudo.

Do ponto de vista da Administração Contábil e Financeira, a importância de demonstrativos contábeis que reflitam a realidade se manifestam em decisões como:

- avaliação da empresa, ou apreçamento de ações;
- dimensionamento da carga tributária sofrida pela entidade contábil, e economia de impostos;
- estabelecimento de políticas de compras, e de crédito;
- determinação da taxa de custo de capital;
- alternativas entre comprar e arrendar, ou entre comprar a vista e comprar a prazo;
- elaboração de previsões e orçamentos empresariais;
- dimensionamento de capital de giro;
- alternativas de investimento de capital.

A principal justificativa para reconhecimento da inflação nos demonstrativos contábeis é o fato de que existe uma tendência generalizada, na atualidade, para indexação da maior parte dos negócios feitos a prazo, os quais, embora contratados em moeda corrente, pactuam realização de parcelas futuras com base em índices de variação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, Unidades-Padrão de Capital, Índice Nacional de Preços do Consumidor, e outros.

## 1.2 - As Variações de Preços e seus Reflexos na Contabilidade

Pode ser considerado, como principal objetivo da Contabilidade, por meio de demonstrativos contábeis, gerar informações úteis a usuários, para a tomada de decisões econômicas.

Tais informações dizem respeito à entidade econômica produtora de bens e serviços utilizados numa comunidade e a esta cedidos por meio do mecanismo conhecido como mercado.

Por entidade econômica entende-se não necessariamente uma empresa: pode, às vezes, tratar-se de uma instituição sem fins lucrativos (caritativa, educacional, cultural, desportiva, política, religiosa) e outras vezes pode ter finalidade lucrativa mas não ser organizada sob a forma de empresa, como por exemplo um empreendimento rural, de propriedade de pessoa ou pessoas naturais, mas que pelo porte ou importância necessita controlar suas ações econômicas por meio da contabilidade.

A teoria contábil, baseada principalmente nos chamados "princípios contábeis geralmente aceitos", fornece o suporte em que se baseiam as normas e procedimentos contábeis.

Tais princípios contábeis, que alguns autores subdividem em postulados, princípios e convenções, tiveram desenvolvimento em épocas em que as variações de preços não eram tão grandes a ponto de distorcer os resultados e situações expressas nos demonstrativos contábeis.

Nas épocas atuais, geralmente ocorrem flutuações de preços bastante grandes, e o suporte teórico fornecido pelos princípios contábeis tornou-se insuficiente para orientar a elaboração de demonstrativos úteis.

Flutuações de preços, quando ocorrem por exemplo num único insumo utilizado na produção de um bem, ou em alguns insumos, em virtude de fatores como escassez, que afetam a oferta e a demanda do mesmo, não provocam grande preocupação sobre os efeitos nas demonstrações contábeis, pois o efeito econômico de tais variações é captado como resultado e como tal é refletido nos referidos demonstrativos.

Na realidade, tais variações propiciam ganhos ou perdas econômicas, e não necessitam ser neutralizadas nos demonstrativos; são variações resultantes de mudanças nos preços específicos, e com relação ao poder de compra da entidade, significam enriquecimento ou empobrecimento da mesma. Com relação a tais variações, a conjugação de dois princípios contábeis geralmente aceitos, do da "realização" e o do "conservadorismo", resultam no entendimento de que os demonstrativos contábeis, de fluxos e de estoques, não deverão refletir ganhos mas deverão refletir as perdas.

Diferentemente, quando ocorrem variações gerais de preços, não são gerados ganhos ou perdas econômicas, mas simples necessidade de reexpressão dos preços alterados, para traduzirem o mesmo significado das expressões originais.

Quando se entende a Contabilidade sob a abordagem da Teoria da Comunicação, gerando informações úteis a usuários, para tomada de decisões, por meio de demonstrativos contábeis (geralmente chamados de demonstrativos financeiros), deverão estes expressar em especial dois aspectos da entidade econômica: seus estoques e seus fluxos.

A expressão dos estoques de uma entidade demonstra a sua situação patrimonial; o demonstrativo conhecido para tal expressão denomina-se Balanço.

A expressão dos fluxos de uma entidade econômica mostra o seu desempenho: o mais conhecido demonstrativo de fluxos é a chamada "Demonstração de Resultados". Também são utilizados outros demonstrativos de fluxos, como de "Origem e Aplicação de Recursos", de "Lucros e Prejuízos Acumulados" e outros.

*BALANÇO PATRIMONIAL*

Demonstrativos de estoques evidenciam uma visão estática da entidade; demonstrativos de fluxos mostram ocorrências verificadas em dado período.

Um grande obstáculo à geração de informações úteis é o princípio contábil do "Conservadorismo". Por preceituar que os demonstrativos, entre duas situações, otimista e pessimista, devem optar pela última, geralmente provoca distorções profundas na interpretação e utilização de tais demonstrativos.

Dessa forma, como suporte da teoria contábil à elaboração deste estudo, pouca ênfase é dedicada ao princípio do Conservadorismo, ao mesmo tempo em que são considerados alguns princípios ou conceitos teóricos não muito divulgados (1), como as premissas básicas ou conceitos de Mattessich, ou os postulados de Maurice Moonitz, principalmente aqueles que mais relações apresentam com o conceito de Correção Monetária, como os conceitos de "Intervalo de Tempo", "Período de Tempo", "Unidade de Mensuração", "Demonstrativos Financeiros", "Avaliação" e "Preços de Mercado".

Assim, embora sob o aspecto da teoria pudesse o tempo ser considerado como um fenômeno contínuo, a operacionalização deste conceito seria na prática bastante difícil e contraproducente, motivo pelo qual o efeito contábil de variações de preços seria mensurado a intervalos discretos de tempo, como ano, semestre, mês, ou mesmo dia, o que, aliás, encontra suporte no princípio econômico conhecido como relação custo/benefício, ou princípio contábil da "Materialidade".

Estabelece-se como metodologia deste trabalho uma abordagem essencialmente teórica e dissertativa do tema, salvo quando exemplos numéricos se tornem necessários para tornar mais claras e objetivas as idéias e proposições apresentadas.

São estabelecidas também, para efeito metodológico, algumas proposições e hipóteses que comandarão o desenvolvimento da dissertação.

Assim, assume-se que os agentes econômicos tomem decisões racionais (é uma premissa da microeconomia, e um dos pressupostos da existência de um "Mercado Eficiente").

Dessa forma, todos os agentes econômicos conhecem o fenômeno inflacionário, convivem com ele e acreditam na continuação de sua existência; ao realizarem transações, considerarão o efeito inflacionário ao acordarem preços:

- preços a vista refletem inflação passada;
- preços a prazo, além da inflação passada, refletirão a inflação futura ou esperada.

---

(1) IUDICIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. São Paulo, Atlas, 1981, p.84-88.

Transações a prazo são realizadas por preços nominais maiores que as transações a vista.

A majoração de preços para transações a prazo será, no mínimo, igual à taxa de inflação prevista para o período que decorre entre a transação e o pagamento; no máximo, poderá incorporar outros acréscimos, como taxa de juro real que remunere o valor do capital em virtude da espera, e taxa de risco, caso exista a hipótese de não pagamento da dívida.

Assim, o valor atual de um bem negociado a prazo, será o valor futuro, descontado a uma taxa que incorpore as taxas de inflação, de juros e de risco.

Erros na estimativa da inflação futura têm reflexos na determinação do valor atual, e erros na determinação do valor de uma transação à vista produzem lucro ou prejuízo econômico.

Admitida a existência de inflação, a função da Correção Monetária Contábil será, para uma entidade, a de se isolar o efeito inflacionário, que não deverá servir de base para distribuições ou para pagamento de impostos.

Pode-se, pois, resumir as proposições e hipóteses retrocitadas, a saber:

a) num ambiente econômico racional pode-se verificar a tendência de que nenhuma pessoa ou entidade conseguiria manter uma situação monetária líquida negativa por muito tempo; isso equivaleria a supor que existissem agentes econômicos, no outro lado, dispostos a manterem, permanentemente, situação de posição monetária líquida positiva, isto é, manterem ou emprestarem dinheiro, numa conjuntura inflacionária, à base nominal;

b) a correção monetária deve servir para reexpressar preços que mudam no decurso do tempo, em virtude de variações no nível geral de preços; como num ambiente econômico dominado pela racionalidade os agentes procuram meios de defesa contra qualquer desequilíbrio, origina-se uma tendência para indexação de preços de todos os bens, serviços e insumos disponíveis numa economia de mercado;



c) a Contabilidade, principalmente a Contabilidade Financeira, não tem pretensões de substituir modelos de avaliação de ativos, ou mesmo modelos de tomada de decisões de investimentos; tais modelos pertencem à área das Finanças, da Teoria de Investimentos ou mesmo da Economia; mas existe um ramo avançado da Contabilidade, a Contabilidade Gerencial, que se situa nos limites da competência das atribuições contábeis tradicionais, e que, inegavelmente, é superior à Contabilidade Financeira, porque dotada de maior poder de previsão; tanto a Contabilidade Financeira como a Contabilidade Gerencial operam à base de demonstrativos que, para expressarem com fidedignidade os fenômenos do mundo real, devem levar em conta o efeito inflacionário, ou deflacionário, que possa ocorrer nesse mundo real.

## 2. O FENÔMENO ECONÔMICO DAS VARIAÇÕES DE PREÇOS

### 2.1 - Considerações Gerais

As flutuações de preços são fenômenos que se manifestam na realidade econômica e afetam, de maneira que pode ser significativa, o desempenho e a situação de entidades econômicas, sendo necessário, por isso, serem levadas em conta na mensuração de tais desempenhos e tais situações.

Numa tentativa de se agrupar as causas que provocam flutuações de preços, pode-se estabelecer duas divisões:

a) Causas estruturais: alterações nos preços provocadas por variações na oferta e procura de bens e serviços, mudanças nos gostos dos consumidores, alterações no nível de tecnologia, imperfeições no grau de concorrência, e outras.

b) Causas monetárias: alterações nos preços provocadas por variações na política monetária, como alterações no volume de meios de pagamentos, taxas de juros, bem como reajustes salariais nominais, revisões de tabelamentos, e outros.

As flutuações de preços provocadas por causas puramente estruturais ou econômicas podem provocar elevações ou quedas nos preços, e suas conseqüências para os agentes econômicos consistem na geração de lucros ou prejuízos econômicos reais.

As variações de preços provocadas por causas monetárias, e que historicamente têm se verificado ocorrendo qua se sempre num só sentido — o de elevação persistente e geral nos preços, fenômeno conhecido como inflação — atualmente afetamquase todas as economias do mundo; as conseqüências de tais variações, para os agentes econômicos, originalmente se traduziam também em geração de lucros ou prejuízos, mas a persistência do fenômeno fez com que os grupos prejudicados criassem defesas contra o mesmo, de forma a neutralizá-lo ou pelo menos amenizá-lo. Processos conhecidos como de indexação, em alguns países, ou de cor-



reção monetária, como no Brasil, constituem meios de defesa parcial ou total, no caso da inflação.

A divisão feita anteriormente, embora apresente certa dose de arbitrariedade e não se manifeste de forma tão nítida e definida, tem a vantagem didática de separar flutuações de preços que produzem ganhos ou perdas econômicas de forma real — as causas estruturais — daquelas que podem ser economicamente neutras, ou neutralizáveis, quando adequadamente tratadas — as causas monetárias.

Na prática acaba sendo difícil segregar, numa variação de preços de um dado bem ou serviço, a parte que resultou de causa estrutural ou econômica daquela resultante de causa monetária.

## 2.2 - As Distorções Causadas pela Inflação

Entende-se, neste estudo, como inflação, um aumento continuado e geral nos preços.

É bastante abundante a literatura sobre o assunto, principalmente nos meios acadêmicos, e os efeitos econômicos da inflação são bem perceptíveis nos agentes ou grupos que não se armaram de meios de defesa contra o fenômeno.

No âmbito das entidades econômicas, cujo desempenho e posição são controladas pela Contabilidade, a inexistência de meios ou formas de indexação pode distorcer significativamente os demonstrativos contábeis, sejam de fluxos, sejam de estoques.

O presente estudo tem como enfoque a inflação — não se cogitando, portanto, da deflação — por ter sido este um fenômeno cuja existência no Brasil já data de bom tempo, e que atualmente ocorre, de forma quase generalizada, em muitos países. Consigne-se, todavia, que a abordagem teórica do fenômeno é aplicável a quaisquer variações de preços provocadas por causas monetárias, valendo assim tanto para a inflação como para a deflação.

Doravante, embora o enfoque teórico possa se aplicar às variações tanto ascendentes como descendentes de preços, à falta de referência expressa, estar-se-á abordando a inflação, e não a deflação.

Alguns exemplos numéricos bastante simples serão apresentados a seguir para demonstrar as distorções causadas pela inflação.

Supõe-se que num período  $t$ , os preços médios de todos os bens e serviços de uma dada economia tenham dobrado, ou sofrido variação com acréscimo nominal de 100% ( $t_0 = 100$  e  $t_1 = 200$ ), variação essa medida por um índice confiável de inflação, em que em  $t_0 = 1,00$  e em  $t_1 = 2,00$ .

Uma entidade econômica possuía, em  $t_0$ , um terreno que figurava em sua contabilidade pelo valor de \$ 1.000.

Em  $t_1$ , para ampliar suas atividades, resolve adquirir outro terreno semelhante em tudo ao primeiro, mas cujo proprietário, em virtude da inflação verificada no período, pretende cobrar pelo terreno o preço de \$ 2.000, que coincide com o valor de mercado verificado por outros meios.

Questão nº 1 - pergunta-se:

A entidade proprietária do terreno contabilizado por \$ 1.000 tem o seu demonstrativo de estoque, o Balanço, expresso corretamente em  $t_1$ ?

Como a resposta é negativa, pois o Balanço deveria expressar em  $t_1$  o terreno por \$ 2.000 e não por \$ 1.000, percebe-se que seria necessário corrigir, em  $t_1$ , o valor do terreno para \$ 2.000.

Questão nº 2:

A variação de preço de \$ 1.000 para \$ 2.000, entre  $t_0$  e  $t_1$  representou, para a entidade, um ganho econômico?

A resposta é novamente negativa, pois se a entidade vendesse em  $t_1$  o terreno por \$ 2.000, para repô-lo, adquirindo o outro terreno semelhante, iria pagar exatamente os \$ 2.000 obtidos com a venda. Sua situação econômica continuaria a mesma, fazendo-se a suposição grosseira, da hipótese de inexistência de custos de transferência.

É nesse sentido que se entende que o efeito monetário da variação de preço não enriqueceu nem empobreceu a entidade, não tendo assim reflexo econômico para a mesma.

Questão nº 3:

Supondo-se agora uma hipótese, para a mesma entidade, em que no período entre  $t_0$  e  $t_1$  não tivesse havido qualquer variação no nível geral de preços dos bens e serviços existentes na economia. Todavia, em virtude da construção de melhoramentos no local onde se situa o terreno, o valor de mercado do mesmo, em  $t_1$  é igual a \$ 1.500. Dessa forma, em  $t_1$  está a entidade mais rica pelo fato de ter mantido a propriedade do terreno?

Nesse caso a resposta é positiva, pois se a entidade vender o terreno pelo preço de mercado, seu Balanço, em  $t_1$  irá mostrar disponibilidades no valor de \$ 1.500, em lugar dos \$ 1.000 que figuravam em  $t_0$ , e seu demonstrativo de fluxos irá demonstrar um resultado de \$ 500 auferido no período transcorrido entre  $t_0$  e  $t_1$ .

Caso a entidade não venda o terreno, mas o mantenha, mesmo assim estaria mais rica, pois o valor de mercado do mesmo representa um poder de compra potencial igual a 1,5 vezes, em  $t_1$ , o poder de compra que representava em  $t_0$ . E pelo fato de estar mais rica em  $t_1$ , é bastante razoável afirmar que o seu demonstrativo de estoque, ou seu Balanço, deve em  $t_1$  evidenciar essa situação. A teoria contábil, em seu estágio atual, através dos princípios do conservadorismo e da realização da receita — assunto que será tratado mais adiante — recomenda o não reconhecimento do enriquecimento da entidade, pelo fato de não ter sido realizado ou transformado em disponibilidade. Uma alternativa razoável seria a Contabilidade levar em conta tal valorização, sem, contudo, tal resultado servir de base para distribuições ou pagamento de tributos.

Questão nº 4:

Outra entidade adquiriu, em  $t_0$ , uma mercadoria por \$ 1.000, para venda; em  $t_1$  essa mesma mercadoria está custando, no mercado, \$ 1.400 e a entidade o vende por \$ 1.600. A variação de preços no período foi de 40%, sendo o índice geral de preços de 1,00 em  $t_0$  e de 1,40 em  $t_1$ .

Pergunta-se:

A entidade estaria, em  $t_1$ , mais rica que em  $t_0$ ?

Pelo raciocínio desenvolvido nos exemplos das questões 1 e 2, a entidade, em  $t_1$ , estaria mais rica que em  $t_0$  num to tal de \$ 200, que é a diferença entre o valor de realização obtido pela venda da mercadoria, de \$ 1.600, e o valor corrigido ou indexado do seu custo de aquisição, que de \$ 1.000 em  $t_0$  seria reajustado para \$ 1.400 em  $t_1$ .

Assim, os demonstrativos contábeis da entidade deveriam em  $t_1$  refletir esses dois fenômenos, a variação por causa monetária, de \$ 1.000 para \$ 1.400, e o ganho econômico, de \$ 200, correspondente à variação de \$ 1.400 para \$ 1.600.

Questão nº 5:

Uma entidade adquiriu, em  $t_0$ , uma mercadoria por \$ 1.000 e em  $t_1$  a mesma mercadoria está custando \$ 1.200. Não ocorreu entre  $t_0$  e  $t_1$  qualquer variação no nível geral de preços, apenas variação no preço específico da referida mercadoria, em virtude de redução na sua produção. Em  $t_1$  a entidade ainda mantém a mercadoria em seu estoque.

Pergunta-se:

Essa variação de preço de \$ 1.000 para \$ 1.200 deve ser considerada nos demonstrativos contábeis da entidade?

Pelo postulado da continuidade da entidade, caso ocorresse a venda da mercadoria em  $t_1$ , a entidade, para continuar operando, teria que repô-la ao custo de \$ 1.200, isto é, simplesmente trocaria as mercadorias sem realizar lucro econômico.

A entidade só realizaria lucro se vendesse a referida mercadoria e reaplicasse o lucro nominal de \$ 200 na compra

de outro tipo de mercadoria que não houvesse sofrido aumento no seu preço.

A discussão mais detalhada deste assunto será feita em tópico posterior, quando for tratada a variação de preço motivada por causa puramente estrutural ou econômica, pelo método de correção do custo de reposição, ou custo corrente.

### 2.3 - Os Efeitos da Inflação

Na hipótese da existência da inflação e não existência de processos de correção ou indexação, ocorreriam perdas econômicas para os possuidores ou credores de ativos monetários e ganhos econômicos para os devedores de passivos monetários.

É fundamental a conceituação de Ativo Monetário e Ativo não Monetário, a fim de se poder determinar os efeitos da inflação. Ativos Monetários representam dinheiro ou outros ativos que se converterão em dinheiro por valor ou base pré-definidas, pois apresentam um valor nominal base. Exemplos: Dinheiro em Caixa, Depósitos Bancários, Títulos a Receber, Duplicatas a Receber. Passivos Monetários são dívidas da entidade, e que deverão ser solvidas em valores pré-estabelecidos. Exemplos: Fornecedores, Contas a Pagar, e outras.

Ativos não Monetários são ativos que têm substância econômica própria, não se destinam à conversão imediata em dinheiro, mas à geração da atividade da empresa, ou entidade, e o seu valor econômico não é nominal ou pré-estabelecido, mas é determinado pelo mercado. Exemplos: Mercadorias, Inventários, Produtos, Terrenos, Imobilizações, Máquinas, Equipamentos, Participações e Investimentos em Outras Entidades, Gastos de Organização, Gastos Pré-Operacionais.

Numa primeira abordagem, e na hipótese da existência da inflação, a manutenção de ativos monetários resultaria em perda econômica, e a existência de passivo monetário resultaria em ganho com a inflação.

Adaptando um exemplo de Iudícibus (1), pode-se demonstrar:

Se uma entidade possui em  $t_0$  disponibilidades no valor de \$ 1.000 e as mantém até  $t_1$ , e se o nível de preços for igual a 1,00 em  $t_0$  e igual a 1,50 em  $t_1$  (inflação de 50% no período), teria havido uma perda econômica de 33,33% no período de  $t_0$  a  $t_1$ , para a entidade, ou seja, os \$ 1.000 que valiam \$ 1.000 em  $t_0$  só passariam a valer \$ 666,66 em  $t_1$  porque os preços subiram 50% no período ( $\$ 1.000 \times 1,00/1,50$ ).

Quando a soma dos ativos monetários supera a soma dos passivos monetários, a diferença é conceituada como Ativo Monetário Líquido; quando a soma dos passivos monetários é maior que a soma dos ativos monetários, a diferença constitui um Passivo Monetário Líquido.

A seguir é apresentada uma demonstração numérica de apuração de resultado inflacionário.

Supondo-se que uma entidade apresente a seguinte situação, em  $t_0$ :

<u>A T I V O S</u>	\$	<u>P A S S I V O S</u>	\$
Monetários	100	Monetários	200
Não Monetários	400	Patrimônio Líquido	300
Soma	500		500
	=====		=====

Supõe-se também que os índices de preços sejam: em  $t_0$  igual a 1,00 e em  $t_1$  igual a 2,00 (inflação de 100% no período).

A entidade, em  $t_1$ , apresenta a seguinte situação:

Passivos Monetários = \$ 200, menos Ativos Monetários = \$100, igual a Passivo Monetário Líquido = \$ 100.

Ganho com inflação: 100% sobre Passivo Monetário Líquido, igual a \$ 100.

---

(1) IUDICIBUS, Sérgio de. Contabilidade Intermediária. São Paulo, Atlas, 1981, p.246.

Uma demonstração analítica do ganho de \$ 100 com a inflação, é a seguinte:

- Valor que, em $t_1$ , seria necessário para que a entidade pagasse os Passivos Monetários de \$ 200 existentes em $t_0$ .....	\$ 400
- Valor que efetivamente a entidade terá que pagar..	\$ 200
	<hr/>
- Ganho bruto, com a manutenção de Passivos Monetários .....	\$ 200
	<hr/>
- Valor que a entidade deveria possuir, em $t_1$ , em Ativos Monetários .....	\$ 200
- Valor que efetivamente a entidade possui, em $t_1$ , em Ativos Monetários .....	\$ 100
	<hr/>
- Perda bruta com a manutenção de Ativos Monetários.	\$ 100
	<hr/>

Resumo:

Ganho com a manutenção de Passivos Monetários ...	\$ 200
Menos: Perda com a manutenção de Ativos Monetários	\$ 100
Igual a: Ganho com a manutenção de Passivo Monetário líquido .....	\$ 100
	<hr/>

Outra forma de se demonstrar o mesmo resultado, é por meio da atualização monetária ou correção monetária dos valores do balanço que não estiveram expostos aos efeitos da inflação, ou seja, os Ativos não Monetários e o Patrimônio Líquido, fazendo-se a suposição de que o índice geral de preços reflete a variação de preços dos referidos Ativos não Monetários, e no poder geral de compra. Assim, em  $t_1$ , o Balanço da entidade seria expresso na seguinte forma:

<u>ATIVOS</u>	\$	<u>PASSIVOS</u>	\$
Monetários	100	Passivos Monetários	200
Não Monetários:		Patrimônio Líquido:	
\$ 400 x 2,00	800	\$ 300 x 2,00	600
		Ganho com inflação	100
	<hr/>		<hr/>
Soma	900		900
	<hr/>		<hr/>



No caso, o ganho com a inflação, igual a \$ 100, é apurado pela diferença entre a Soma dos Ativos = \$ 900 e a Soma dos Passivos = \$ 800, e que corresponde, analiticamente, à:

Atualização do valor do Ativo não Monetário...	\$ 400
Menos: Atualização do valor do Patrimônio Líquido .....	\$ 300
Ganho com a inflação .....	\$ 100
	=====

Percebe-se, assim, que o único fenômeno que gera ganho com a inflação é a manutenção de dívidas monetárias, ou dívidas cujo pagamento será feito em valor fixo. Por outro lado, o fenômeno que provoca perda com a inflação é a manutenção de ativos monetários.

É importante salientar este argumento, pois o raciocínio que geralmente se faz é que o fato que propicia ganho com a inflação é a manutenção de ativos não monetários; nada mais enganoso, pois a simples manutenção de ativos não monetários é neutra economicamente, uma vez que tais ativos, se convertidos em moeda em  $t_1$ , iriam propiciar o mesmo poder de compra que propiciavam em  $t_0$ . Só há ganhos com a inflação na medida em que ativos não monetários são mantidos com financiamento feito por passivos monetários; mas é neste financiamento, acarretando perda econômica aos credores, que ocorre o ganho, e não, repita-se, por causa da manutenção do ativo não monetário.

Por esse motivo é que se revela importante a adoção de um processo de indexação ou correção monetária que reflita, com fidedignidade, as variações de preços. Com a utilização de tal processo é possível, assim, a mensuração dos ganhos ou perdas com a inflação.

Outro efeito da inflação na vida econômica das entidades ocorre por meio dos fluxos ou resultados operacionais dessa entidade; por exemplo, na medida em que uma entidade realiza uma operação econômica — uma venda de mercadorias — em que o valor corrente da receita deva ser confrontado com uma despesa ou custo de valor nominal mais antigo, e não corrigido ou indexado pelo índice da inflação, estaria ocorren-

*manutenção ativo em moeda antiga → manutenção em moeda atual e lucro*



do a existência de um lucro fictício, representado pelo valor correspondente à taxa da inflação, multiplicada pelo valor da despesa ou custo.

Uma venda de mercadoria, em  $t_1$ , por \$ 2.000, adquirida em  $t_0$  por \$ 1.200, revelaria de imediato um lucro de \$ 800; todavia, como já foi visto anteriormente, se em  $t_0$  o índice de preços fosse 100 e se em  $t_1$  tal índice fosse igual a 150, o que traduziria os \$ 1.200 de custo em \$ 1.800, o lucro seria menor, ou seja, de apenas \$ 200.

Outro fato que afeta a economia da entidade é o cálculo de uma depreciação subavaliada ser levada em conta no cálculo de um custo de produção. Ativos imobilizados cujo valor não seja objeto de correção que reflita as variações gerais de preços, quando são atribuídos como insumos de produção, contabilizados como depreciação, levam carga menor da que levariam se os seus valores fossem corrigidos.

Por isso, a inexistência de um processo de correção monetária, ou a existência de processo que corrija apenas parcialmente as variações no valor da moeda, têm para as entidades como consequência a geração de demonstrativos contábeis distorcidos, que provocam, dentre outros, os seguintes efeitos:

- distribuição de lucros ou dividendos maiores que os devidos, com pagamento de tributos também em valores superiores aos devidos;
- consequente descapitalização da entidade;
- tomada de decisões administrativas com base em dados incorretos.

Assim, é possível perceber que a existência de um processo corretivo que leve em conta a inflação tem o efeito de torná-la neutra para a entidade, ou seja, impedir que o fenômeno inflacionário tenha efeitos perversos em sua vida econômica, ao mesmo tempo em que propicie forma de se isolar e mensurar o efeito inflacionário resultante da existência de Ativos Monetários e de Passivos Monetários.

#### 2.4 - O que tem sido feito para correção das distorções provocadas pela inflação

Como a inflação é um fenômeno econômico que atualmente afeta a maior parte das economias do mundo, a preocupação com formas e meios de defesa ou processos para neutralizar ou minorar os efeitos de tal fenômeno, têm sido mais ou menos generalizada.

Teorias têm sido desenvolvidas nos centros de pesquisa e no meio acadêmico, tanto no sentido de elaboração de políticas para evitar o surgimento, ou o recrudesimento quando já existente o fenômeno inflacionário, como também no sentido de, admitida a sua irreversibilidade, conformar-se a conviver com a inflação e procurar neutralizar ou minimizar os seus efeitos.

Todavia, a maior parte das tentativas nesse sentido se constitui de medidas de caráter parcial no enfrentamento do fenômeno.

Muitas vezes, também, boas teorias desenvolvidas em avançados centros de pesquisas não são levadas em conta para resolver problemas práticos; uma hipótese para explicar a não utilização de tais teorias seria o fato de que a inflação, quase sempre, produz benefícios a quem tem poder de combatê-la.

Historicamente, consta que a França teria sido um país pioneiro no sentido de adotar uma forma de indexação; a própria palavra "indexação" teria sido lá empregada pela primeira vez.

A experiência do Brasil, nesse campo, é bastante ilustrativa, e é de se consignar que, ultimamente, tal experiência tem sido objeto de observação e estudo por parte de diversos países, alguns dos quais mais evoluídos culturalmente, mas que só recentemente passaram a conhecer, em níveis elevados, o fenômeno da inflação.

Um breve histórico da correção monetária no Brasil é objeto de um tópico especial, no Capítulo 7.

A seguir, é apresentado um resumo de experiências feitas em diversos países, a maior parte deles latino-americanos, tanto de correções parciais como de modelos mais evoluídos que se aproximam da contabilidade a nível <sup>geral</sup> de preços, observando-se, porém, que a maior parte de tais sistemas têm por objetivo muito mais corrigir distorções no pagamento de impostos do que propriamente de apresentar demonstrativos financeiros fidedignos.

#### 2.4.1 - Principais experiências com a implantação de métodos de indexação ou correção monetária

A América Latina tem sido a região onde tradicionalmente se têm verificado os mais elevados níveis de inflação, no período recente. É natural, pois, que tenha ocorrido nos países dessa região o desenvolvimento da maior parte dos modelos de correção monetária.

Para neutralizar ou reduzir os efeitos da inflação refletida nos demonstrativos financeiros, basicamente três mecanismos de ajuste têm sido usados:

- a) parciais;
- b) intermediários;
- c) completos.

O primeiro é o mais simples e o mais utilizado. Tem servido como um processo de aprendizado em muitos países. Os modelos intermediários são melhores em relação aos parciais, constituem um estágio em direção a modelos mais completos. Muitos países que iniciam o aprendizado com modelos parciais, passam depois a modelos intermediários.

Modelos de correção completos, que teoricamente, do ponto de vista da contabilidade, seriam a utilização do "price-level" <sup>accounting</sup> ou contabilidade a nível de preço, somente foram adotados por dois países, Brasil e Chile, estando em fase de planejamento na Argentina e Uruguai.

Acrescente-se, porém, que a maior parte deles obje-

tiva mais a evitar distorções no pagamento de tributos, principalmente o imposto de renda, do que produzir demonstrativos contábeis mais corretos.

Os mecanismos de ajuste parcial permitem reavaliar somente certos ativos não monetários, tais como ativos fixos depreciables e alguns ativos circulantes, como mercadorias, matérias-primas, produtos.

Alguns países utilizam, nesses ajustes parciais, índices de preços de produtos industriais ou de bens de capital, outros usam índices gerais, tais como de consumidor, ou de preços por atacado. Reajustando-se a base de cálculo da depreciação ou do custo de produtos vendidos, obtém-se uma melhor definição de lucro, como tal entendida a parcela que os proprietários de uma entidade contábil podem consumir sem reduzir o valor real da entidade, ou seja, lucro segundo o conceito de manutenção de capital.

Quanto ao aspecto temporal, tais ajustes podem ser:

- a) discricionais ou ocasionais;
- b) automáticos ou permanentes.

Os primeiros foram usados por países que acreditavam que a inflação era um fenômeno temporário; objetivavam muito mais a neutralizar os efeitos de inflação passada, do que servir como instrumento para evitar inflação futura, ou corrigi-la. Foi um processo bastante usado em países europeus e em alguns países latino-americanos, no período de pós-guerra.

Os segundos foram e são usados por países em que se acredita que a inflação é um fenômeno permanente, e tais sistemas de ajustes objetivam neutralizar ou pelo menos amenizar os efeitos de uma inflação presente. Tal aconteceu na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Todavia, só o Brasil e o Chile é que chegaram a implementar modelos globais de correção permanente.

A experiência brasileira é descrita em tópico especial.

Na  
Verdade

A principal razão para adoção de tais ajustes era evitar tributação do imposto sobre a renda, calculados com base em lucros ilusórios, principalmente em países onde existia a tributação sobre lucros chamados "extraordinários" ou "excedentes", em que sempre que os lucros de uma entidade ultrapassassem determinada proporção do capital da entidade, eram tributados mais pesadamente. Assim, tais ajustes tinham por objetivo elevar os valores de ativos e a contrapartida dessas elevações servia para aumentar o valor do capital que era utilizado como base de cálculo do lucro extraordinário.

A Argentina efetuou reavaliações temporárias em 1955, 1958, 1960 e 1962, quase sempre mediante o pagamento de uma taxa especial de imposto de renda, e os ajustes visavam ao mesmo tempo elevar a base de cálculo para depreciações dos ativos reavaliados, e elevar o capital para cálculo do lucro extraordinário.

Em 1972 a Argentina adotou um sistema de ajuste permanente, mas parcial, para ativos fixos e respectivas depreciações, sistema esse que vem sofrendo alterações, mas que não chegou ainda a um modelo global de correção.

Reavaliações parciais de ativos fixos, em virtude da depreciação da moeda nacional, foram efetuadas pelo México em 1954, pela Colômbia em 1960 e 1974, e pela Bolívia em 1972.

Entre 1948 e 1959 o Chile efetuou diversas reavaliações de ativos, e em 1959 estabeleceu um mecanismo permanente e global. Tal mecanismo global também vem sofrendo diversas alterações, no sentido de aperfeiçoamento.

No Peru, em virtude de inflação que atingiu níveis bem elevados, ocorreram reavaliações parciais em 1971, 1975 e 1976.

Em períodos mais recentes, a maioria de países latino-americanos têm adotado mecanismos de ajustes permanentes, mas parciais, como a Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai.

Um método alternativo de amenizar o impacto da carga tributária em virtude da inflação, é o conhecido como de Depreciação Acelerada. Embora não neutralize os efeitos da inflação sobre os lucros, a Depreciação Acelerada encurta o tempo de recuperação do capital investido, pela concentração da depreciação nos primeiros anos de vida útil dos bens do ativo fixo.

Este sistema foi utilizado pela Suécia e pela Inglaterra, em 1972, e mais recentemente por diversos países, entre os quais o Brasil, mas em caráter provisório, como estímulo à modernização de alguns setores industriais.

Uma diferença entre os métodos de reavaliação, e a Depreciação Acelerada, é que os primeiros beneficiam entidades com ativos fixos mais antigos, enquanto a segunda constitui um estímulo a investimentos novos.

Observe-se, porém, que a sistemática da Depreciação Acelerada não constitui conceito teórico relevante para a Teoria da Correção Monetária.

### 3. A TEORIA CONTÁBIL E AS FLUTUAÇÕES DE PREÇOS

#### 3.1 - O objetivo da Contabilidade

Entende-se ser objetivo básico da Contabilidade, identificar, mensurar e tratar fatos econômicos praticados por uma entidade, e gerar demonstrativos financeiros, a fim de prover informações úteis para a tomada de decisões econômicas.

A Exposição de Motivos à Lei nº 6.404/76, ou Lei das Sociedades por Ações, no Brasil, ao tratar das "Demonstrações Financeiras" pretende que as mesmas "informem, aos administradores, acionistas, credores e investidores do mercado, a verdadeira situação do patrimônio da companhia e seus resultados". Tal grupo, poder-se-ia observar, estaria incompleto, podendo ser acrescentados, dentre outros, o Governo, os empregados, os futuros acionistas, os consumidores.

Para serem gerados demonstrativos contábeis que expressem a "verdadeira situação do patrimônio e seus resultados", é necessário a Contabilidade basear-se numa sólida teoria contábil, ou seja, fundar-se em princípios e normas que orientem tal produção.

A seguir, é feita uma rápida revisão da teoria contábil em seu estágio atualizado, revisão essa que procura apontar os principais aspectos em que tal teoria tornou-se inadequada ou insatisfatória, face ao fenômeno das flutuações de preços, bem como uma análise dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, e os pontos de contato ou de divergência destes com o conceito de Correção Monetária.

Aceita-se, pois, que a Contabilidade é um processo ou técnica de tratamento de dados econômicos praticados por uma entidade, consistindo tal tratamento em identificar, mensurar, registrar e expor, por meio de demonstrativos, informações úteis para a tomada de decisões, por parte de seus usuários.



Definir o que seja útil ou não para a tomada de decisões é tarefa bastante difícil, em virtude da diversidade de interesses associados aos usuários a quem os demonstrativos contábeis são dirigidos.

Assim, por exemplo, o conjunto de usuários citado na Exposição de Motivos à Lei nº 6.404/76, citada — administradores, acionistas, credores e investidores — podem ter interesses divergentes e às vezes até antagônicos, fato que dificultaria ou mesmo impediria a adoção de um modelo único de demonstrativo contábil, chamado financeiro.

Segundo preceito da Metodologia da Pesquisa, aplicada à Contabilidade, para a elaboração de um modelo decisório é necessário:

- a) estabelecer claramente qual a função objetivo que se deseja maximizar;
- b) identificar, coletar e avaliar o tipo de informação utilizada no passado para maximizar a função;
- c) prover o modelo preditivo que irá suprir o modelo decisório para a maximização da função objetivo.

Vê-se, assim, que à Contabilidade não cabe a elaboração do modelo decisório, cuja função tem sido desenvolvida principalmente em Finanças e em Economia, com modelos matemáticos que simulam o mundo real, cabendo assim à Contabilidade fornecer dados fidedignos a serem operados pelo modelo decisório.

As fronteiras entre ramos de conhecimento científico como Contabilidade e Finanças, por exemplo, não são nitidamente estabelecidas.

Por exemplo, os valores de balanço expressam o valor patrimonial de uma entidade, também conhecido como "valor de livro". Tal conceito, embora não dotado de poder preditivo, é relevante como pressuposto para a determinação de outros conceitos, como o de lucro, este sim fundamental para a elaboração de previsões. Assim, a Contabilidade produz informações que geram o conceito de valor patrimonial de uma entidade, ou valor patrimonial de uma "ação", entendida como parte do conjunto entidade, permitindo também a geração do conceito



de lucro, embora na implementação do modelo decisório haja necessidade de tal conceito evoluir para o conceito de "lucro normalizado", mais elaborado que o de "lucro contábil".

Todavia, o valor intrínseco, ou real, de uma entidade ou de uma ação, é função dos lucros futuros descontados, ou valor atual de lucros futuros, sendo necessário, para a definição desse valor atual, a utilização de outras variáveis não geradas pela Contabilidade.

Há autores, inclusive brasileiros (1), que defendem a idéia de que a Contabilidade deveria ir mais além, procurando estabelecer, além do valor patrimonial, também o valor econômico de uma entidade; sustentam que o valor da entidade, definido pelo valor atual ou descontado de seus lucros futuros, menos o valor de cada ativo considerado isoladamente, descontados os passivos, constituiria o que se convencionou chamar de "goodwill", e que o "goodwill" deveria ser levado em conta, tanto nos demonstrativos de estoque, como nos demonstrativos de fluxos da entidade.

Outros autores e autoridades (2), principalmente os defensores da Teoria Fundamentalista, e da Teoria do Percurso Casual (Random-Walk), negam peremptoriamente a influência do valor patrimonial de uma entidade, na cotação ou determinação do seu valor intrínseco, ou mesmo de seu valor de mercado.

O ponto de vista deste estudo é situado num meio termo: o valor patrimonial, por si só, não é indicativo do valor intrínseco de uma ação, e por conseguinte do valor da entidade como um todo; mas desde que se conheça a taxa de rentabilidade desse valor patrimonial, determinada pela

---

(1) MARTINS, Eliseu. Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível. São Paulo (USP), 1972, in: IUDICIBUS, S. Teoria da Contabilidade, p.106

(2) FRANCIS, Jack Clark. Investments, Analysis and Management. New York, McGraw-Hill, 1976, p.260-261, 386.

relação entre o "lucro normalizado" e o "valor patrimonial" corretamente determinado pela contabilidade, ter-se-á um conceito bastante próximo do "valor intrínseco", em torno do qual, segundo a Teoria Fundamentalista, e na suposição da existência de um "Mercado Eficiente", oscilará o "valor de mercado".

Resumindo, o objetivo da Contabilidade, por meio de seus demonstrativos, como o balanço patrimonial, a demonstração de resultados, a demonstração de fontes e usos de recursos, e outras demonstrações de fluxos e de estoques, é fornecer informação econômica relevante para uma variada classe de usuários, como administradores, acionistas, credores, investidores, bem como empregados, candidatos a credores ou investidores, governo, consumidores, informação essa gerada de forma isenta de qualquer viés ou influência de interesses.

A informação assim gerada passaria então a ser considerada propriedade pública.

A Contabilidade deveria, também, ter flexibilidade para, sendo necessário, fornecer conjuntos diferenciados de informações, para usuários especiais ou para tomada de decisões especiais, com base, porém, na mesma metodologia de identificação, mensuração, classificação, tratamento e divulgação de informações.

Nesse sentido, a abordagem conhecida como da "Teoria da Comunicação" é a que mais parece ser adequada aos objetivos da Contabilidade, embora, no caso brasileiro, também a abordagem ética tenha sido contemplada, conforme se infere da afirmação, feita na Exposição de Motivos à Lei das Sociedades por Ações, já citada, no sentido de que as demonstrações financeiras devem expressar a "verdadeira situação do patrimônio da companhia e seus resultados".

### 3.2 - Os Postulados Contábeis

Segundo Hendriksen (3), os chamados princípios contábeis geralmente aceitos devem ser hierarquizados a fim de ser constituída uma estrutura lógica e coerente para que a Contabilidade possa ser reconhecida como ramo importante de conhecimento científico.

Postulados são as premissas básicas acerca do ambiente econômico, político, sociológico e institucional no qual a Contabilidade deve operar. Assim, Postulado pode ser conceituado como uma proposição ou observação de certa realidade, e considerada axiomática ou não sujeita à verificação, podendo ser mera exposição de verdades; muitas vezes, um postulado, por ser trivial ou óbvio, e por não ter utilidade para a Contabilidade, deixa de ser explicitado ou é simplesmente presumido. Segundo Hendriksen, existem, no entanto, alguns postulados normativos, ou seja, que precrevem o que e como a Contabilidade deve operar; nessa hipótese, devem ser explicitados.

Nesse sentido, os dois postulados mais importantes são: Postulado da Entidade, e Postulado da Continuidade.

#### 3.2.1 - Postulado da Entidade Contábil

Segundo Moonitz (4), em seu Accounting Research Study nº 1, Entidade Contábil é conceituada como a unidade econômica que tem controle sobre recursos, aceita a responsabilidade por tarefas e conduz a atividade econômica.

A Entidade não precisa, necessariamente, ser uma em-

---

(3) HENDRIKSEN, Eldon S. Accounting Theory. U.S.A., Richard D.Irving, Inc., 1977, p.107-110.

(4) MOONITZ, Maurice. The Basic Postulates of Accounting. Accounting Research Study Nº 1, New York, 1961, in: HENDRIKSEN, Eldon S. Accounting Theory, p.111

presa, embora todas as empresas sejam entidades; pode ser uma pessoa natural, uma sociedade limitada, uma companhia, um grupo consolidado de empresas, uma associação sem finalidade lucrativa, ou mesmo um departamento ou seção de uma entidade maior.

O importante a distinguir numa entidade é que possui patrimônio próprio, distinto do de seus acionistas ou associados ou mesmo único proprietário — caso de uma firma individual pertencente a uma pessoa natural — e possuir vida econômica também própria.

Nesta dissertação, a referência sempre é feita à Entidade, como objeto da Contabilidade, entendendo-se nesse conceito tanto as empresas organizadas sob a forma de Sociedades Anônimas, as limitadas, as empresas individuais, as entidades assistenciais, como as de finalidade cultural, religiosa, educacional, científica, desportiva, bem como os empreendimentos agropecuários pertencentes às pessoas físicas mas obrigados a terem sua vida econômica controlada pela Contabilidade.

### 3.2.2 - Postulado da Continuidade

As entidades, do ponto de vista da Contabilidade, são constituídas como empreendimentos com pretensão à vida ilimitada, ou como algo em movimento — "going concern" — salvo disposição expressa em contrário; assim, a entidade como um todo, deve ser encarada e avaliada de acordo com o poder que possua de gerar benefícios futuros, em continuidade de operações.

Nesse sentido, a entidade é vista como um sistema destinado a adicionar valor aos recursos que manipula, e o valor econômico da entidade será função do nível de eficiência que obtiver, ao se determinar o confronto do valor dos seus produtos, com o de insumos utilizados na produção.

Assim, a principal finalidade da entidade é gerir e administrar ativos, num sentido continuado, não para serem vendidos no estado em que se encontram, mas, a cada ato ou operação, procurando acrescentar valor à entidade. Dessa forma, o potencial da entidade, como um todo, seria superior à soma de suas partes, ou seja, superior à soma de poder de cada item isolado que a compõe (efeito sinérgico); a expressão contábil da diferença entre o somatório de cada item considerado isoladamente e o valor intrínseco ou econômico da entidade seria representado pelo "goodwill".

No tocante ao tema desta dissertação, o postulado da continuidade não apresenta qualquer antagonismo com a necessidade de correção monetária que expurgue dos demonstrativos contábeis os efeitos inflacionários; pelo contrário, sendo o fenômeno inflacionário de manifestação contínua, é perfeita a compatibilização entre os conceitos de continuidade e o da correção monetária.

### 3.3 - Os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos

A seguir, serão analisados os chamados princípios contábeis geralmente aceitos, bem como as convenções, normas ou restrições aos referidos princípios, e os pontos de adequação ou de antagonismo que o fenômeno das variações de preços provoca face a tais princípios, ou seja, a adequação ou não de cada princípio contábil, ao conceito de Correção Monetária.

Um princípio contábil, para ser adotado, precisa ser, ao mesmo tempo, útil, objetivo e praticável.

Na legislação brasileira vigente, a obediência aos princípios contábeis geralmente aceitos está prevista no artigo 177 da Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404 de 1976.

### 3.3.1 - Custo histórico como base de valor

Segundo este princípio, os ativos são incorporados à entidade pelo preço pago para adquiri-los, fabricá-los ou colocá-los em condições de utilização; tal avaliação é base de cálculo para contabilizações posteriores, sendo assim admitidas depreciações, amortizações ou quotas de exaustão, em virtude de redução do valor do ativo pelo uso, por decurso do tempo ou por obsolescência.

Todavia, em virtude do postulado da Continuidade, têm relevância para a Entidade os valores de entrada (que representam o potencial de benefícios futuros) e não os valores de saída, ou de realização, já que se supõe que a entidade terá continuidade. Nesse caso, o preço acordado entre comprador e vendedor seria a melhor expressão do valor econômico do ativo, no ato da transação.

O preço de custo teria ainda a vantagem de ser verificável, ou de ser objetivo (ver-se-á adiante a convenção ou princípio da objetividade).

A correção monetária do custo histórico não constitui uma revogação do princípio do custo histórico; apenas o restabelece, em termos de poder aquisitivo constante, ou seja, traduz o custo histórico em momento posterior ao mesmo nível de poder aquisitivo de momento anterior.

A reavaliação de ativos — conceito diferente do de correção monetária — porém, contraria o princípio do custo histórico; expressa o conceito de custo de reposição. Idealmente, a Contabilidade deveria expressar para os seus ativos o valor que seria gasto para adquiri-los na situação em que se encontram ao tempo da avaliação, embora a situação em que se encontram seja difícil de definição.

### 3.3.2 - Realização da receita e confrontação de despesas

Este princípio afirma que, ao ser reconhecida uma receita, devem a ela ser associados todos os custos ou despesas que foram necessários para gerar tal receita.

Os pontos, no tempo, em que as receitas são realizadas, geralmente não coincidem com os pontos em que ocorrem as despesas ou custos.

Se a moeda, encarada em sua função de medida de valor, tiver o seu poder de compra alterado no decurso do tempo, não seria lógico e coerente confrontar receitas ocorridas num ponto do tempo contra despesas expressas em outro ponto de tempo, se entre esses pontos de tempo, ou nesse período, o valor da moeda tenha sofrido variação.

Assim, como os ganhos ou perdas inflacionárias devem ser levados em conta, na Contabilidade, conclui-se pela necessidade do referido confronto ser feito em termos de moeda de igual poder de compra: na prática, o evento que ocorresse antes deveria ser objeto de correção monetária desde o momento de sua geração até o momento de confronto com o outro evento.

Pela sistemática vigente no Brasil, de contabilizar o saldo da correção monetária como ganho ou perda, é indiferente corrigir ou não as receitas e despesas, para efeito de apuração de resultados, desde que ambos ocorram dentro de um mesmo período contábil.

O princípio da realização da receita e da confrontação de despesas estabelece como marco em que deve ser reconhecida a receita, o ponto em que produtos ou serviços são transferidos a terceiros. Este ponto coincide, quase sempre, com o "ponto de venda".

Sob a ótica da teoria contábil, o melhor ponto para se reconhecer receita deveria atender às condições:

- a) tiver sido desenvolvida grande parte do esforço associado à produção;
- b) for possível dispor de um valor objetivo e afiançável de mercado;



c) for possível estimar todas as despesas associadas à respectiva receita.

Existem algumas notáveis excessões, em que a receita deve ser reconhecida ou antes ou depois das respectivas transferências, as quais serão comentadas a seguir.

#### 3.3.2.1 - Reconhecimento da receita antes do ponto de venda

Tal procedimento deverá ocorrer com receitas que se realizam à medida em que decorre o tempo. Como exemplos, podem ser citadas as receitas de aluguéis, de juros, de alguns serviços prestados como de honorários profissionais pagos por períodos decorridos de tempo; assim, o reconhecimento de tais receitas não se vincularia nem ao "ponto de venda", ou seja, a data de assinatura do respectivo contrato, nem ao término do referido contrato, nem mesmo às datas dos respectivos recebimentos em dinheiro, mas simplesmente ao decurso do tempo.

#### 3.3.2.2 - Reconhecimento de receita por valoração de estoques

Para alguns produtos ou mercadorias, a respeito dos quais exista uma avaliação bem objetiva do mercado, é possível reconhecer ganhos antes da realização. Como exemplos desses produtos, podem ser citados: metais preciosos, gado, vinho, reservas florestais. Na legislação brasileira, tal hipótese é prevista no artigo 14, parágrafo 4º, do Decreto-lei nº 1.598, de 26/12/1977.

Sob o enfoque da teoria contábil, e segundo o princípio do conservadorismo, o resultado positivo conseguido na manutenção de tais estoques não deveria servir de base para distribuições ou pagamento de impostos.

#### 3.3.2.3 - Produtos ou serviços de longo prazo de maturação

É o caso de produtos ou serviços cujo prazo de duração ultrapasse um período contábil.

Nessa hipótese, tanto receita como despesas seriam re-



conhecidas numa base "pro rata tempore".

Existem duas condições que precisam ser atendidas:

- a) o preço total do contrato precisa ser determinado "a priori", ou ser determinável;
- b) não podem existir incertezas associadas à fixação do preço ou à possibilidade de realização da receita.

Na prática, contratos de longo prazo são feitos levando-se em conta uma taxa prevista de inflação, a qual é considerada para a definição do valor presente do negócio.

Em outros casos, prevê-se reajuste de preços de acordo com a taxa de variação dos preços.

Uma associação de custos e despesas, em contratos de longo prazo, muitas vezes, na prática, acaba sendo arbitrária, baseada em estimativas ou medições de produção executada.

Na legislação brasileira a hipótese está prevista no artigo 10 do referido Decreto-lei nº 1.598/77.

#### 3.3.2.4 - Reconhecimento da receita após o ponto de venda

O reconhecimento da receita após o ponto de venda pode ser justificado em dois casos;

- a) de permuta de ativos;
- b) se forem esperadas despesas adicionais relevantes, após a venda, difíceis de serem mensuradas no ponto de venda.

Um dos casos em que o recebimento da receita frequentemente é diferido, é o de vendas a prestações.

A legislação brasileira, por meio dos artigos 27, 28 e 29 do Decreto-lei nº 1.598/77 citado, admite tal tratamento apenas para o caso de venda de imóveis a prestações.

Com relação à correção monetária, admite, no caso, dois tratamentos, à opção da entidade:

- a) com correção dos custos;
- b) sem correção dos custos.

Para fins tributários o efeito líquido de cada procedimento é o mesmo; todavia, para efeito de distribuições, como dividendos, tais procedimentos geram efeitos diferentes.

### 3.3.3 - Princípio do Denominador Comum Monetário

É decorrente da qualidade agregativa da Contabilidade, que evidencia a composição patrimonial de bens, direitos e obrigações de várias categorias, homogeneizando-as através da mensuração monetária.

A moeda é utilizada pela Contabilidade como medida de conta, ou como padrão de mensuração de valor.

Embora a maioria dos autores considere que este é o princípio contábil que mais se choca com a realidade econômica da variação geral de preços, da qual decorre a necessidade de indexação ou correção monetária, pode-se concluir, sob outro enfoque, não existir tal incompatibilidade, desde que a correção monetária seja encarada como um método com objetivo de traduzir, em momentos diferentes, para um mesmo poder de compra, valores defasados em períodos em que ocorreram variações de preços. A função de denominador comum monetário, exercida pela moeda, seria a homogeneização, num dado momento, de diversas categorias de bens, valores, direitos e obrigações. Não faria sentido, pois, elaborar um balanço, por exemplo, que expressasse quantidades de produtos, número de máquinas, de ações, de quotas de capital, e valores em moeda relativos às disponibilidades e aos direitos e obrigações expressos em quantias fixas em dinheiro.

É nesse sentido, de homogeneização de categorias diferentes, que o princípio do Denominador Comum Monetário tem que ser encarado, e assim sendo, não apresentaria incompatibilidade com a necessidade de correção monetária; os demonstrativos contábeis seriam sempre expressos em moeda, considerando-se, porém, que o fato da moeda mudar de valor, num dado período de tempo, necessariamente tem que ser considerado pela Contabilidade.

#### 3.3.4 - A Norma, ou Convenção, da Objetividade

O princípio contábil (ou norma, convenção ou restrição) da objetividade declara que um procedimento deve ser baseado em evidência, isto é, suportado em documentação, ou demonstração verificável.

Hendriksen, todavia, enumera quatro formas diferentes para se firmar a objetividade:

- a) mensurações impessoais ou não influenciadas por quem as está realizando;
- b) mensurações baseadas no consenso de especialistas;
- c) mensurações baseadas em evidência verificável;
- d) valor da dispersão estatística das mensurações de um atributo quando realizadas por vários pesquisadores.

O entendimento mais usualmente aplicável é o da letra "c", ou seja, baseado em evidência verificável.

Nesse sentido, o termo objetividade pode ser observado dos seguintes pontos de vista:

- a) a avaliação, ou mensuração, e seu registro, devem estar suportados numa documentação, ou demonstração verificável;
- b) o objeto ou atributo passível de mensuração deve ser tangível;

c) a Contabilidade deve manter posição de neutralidade em relação ao critério de mensuração,

O princípio da objetividade não é incompatível com o conceito de Correção Monetária, servindo mesmo para expressar que os critérios para medição das variações de preços, ou seja, a elaboração de índices, devem ser objetivos, impessoais e verificáveis.

### 3.3.5 - A Norma, ou Convenção, da Materialidade

Esta convenção afirma que, em Contabilidade, deve ser observado o princípio da economicidade, também conhecido como relação custo/benefício.

Em resumo, sempre que um benefício adicional gerado por uma informação implicar em custo igual ou superior a tal benefício, tal informação deverá ser abandonada ou descartada.

Com respeito à Correção Monetária, tal convenção poderia explicitar, por exemplo, que variações médias de preços abaixo de determinado limite, para um dado período, desobrigariam a Contabilidade de considerá-las.

### 3.3.6 - A Convenção do Conservadorismo

Consiste, a aplicação desta norma, em escolher, dentre dois ou mais valores igualmente relevantes, aquele que tiver menor valor para o ativo ou para o lucro, e maior valor para o passivo, ou despesa.

Entende-se o Conservadorismo, assim, como uma tendência no sentido de disciplinar ou conter o entusiasmo natural de administradores ou proprietários de entidades, na apresentação de demonstrativos que evidenciem situações ou resultados.

Esse sentido, de moderação, prudência e bom senso, é admitido como útil à Contabilidade.

Há, porém, outro sentido na convenção do Conservadorismo, que é uma exacerbação do enfoque acima citado. Tal concepção se manifesta através da regra utilizada na avaliação de ativos: custo ou mercado, o menor dos dois. A aplicação de tal regra, que poderia ser considerada aceitável em épocas de grandes quedas de preços, provoca, em períodos normais ou de ascensão de preços, distorções significativas na apresentação de demonstrativos contábeis.

Uma crítica à regra do Conservadorismo é que a mesma se choca com a convenção da Consistência. Por exemplo, itens do ativo que, às épocas da elaboração de demonstrativos estivessem cotados ora aquém, ora além do preço de custo, obrigariam a mudanças frequentes de critérios de avaliação, quebrando assim a consistência dos procedimentos.

Sob o ponto de vista da Teoria da Correção Monetária, o princípio do Conservadorismo seria incompatível. Todavia, uma vez admitida a correção dos custos históricos pela taxa de variação do poder aquisitivo médio geral da moeda, e adotados para efeito de avaliação de estoques ou estes custos corrigidos ou o valor de mercado, estaria afastado o antagonismo entre os dois conceitos. Uma regra de prudência que poderia ser estabelecida, seria a de que a diferença entre custo histórico corrigido e preço de reposição reputar-se-ia como resultado não distribuível e não utilizável para base de cálculo em pagamento de impostos.

### 3.3.7 - A Convenção da Consistência

Afirma que deve ser observada uniformidade de procedimentos no decurso do tempo. É considerada uma das mais importantes normas da Contabilidade.

Desde que se tenha adotado determinado critério, dentre os muitos que poderiam ter sido escolhidos à luz da teoria contábil, dever-se-á continuar a adotá-lo, exceto se razões muito fortes determinarem a mudança, caso em que o demonstrativo contábil que refletir a mudança deverá evidenciar os efeitos provocados pela alteração de critério.

Com respeito à Correção Monetária, observa-se que, além de inexistir qualquer incompatibilidade com a Consistência, esta poderia ser aperfeiçoada com a apresentação de demonstrativos contábeis de momentos diferentes, expressos em termos de um poder de compra constante; seria o caso de se expressar demonstrativos de dois exercícios — artigo 176, § 1º da Lei nº 6.404/76 — em termos de poder aquisitivo da data de um ou de outro dos dois demonstrativos, para efeito de comparabilidade.

### 3.3.8 - A Evidenciação, ou "Disclosure"

Não constitui uma convenção ou princípio, no sentido em que estes são entendidos, mas pode ser considerada uma norma especial ou mesmo um Capítulo da Teoria da Contabilidade, com o objetivo de nada esconder do usuário da informação contábil.

"Disclosure" poderia ser entendida como desvendamento, e é esse o sentido da norma especial: despojamento de quaisquer aspectos que possam encobrir a verdadeira realidade da entidade cujo perfil é delineado através dos demonstrativos contábeis.

Consiste, na prática, em garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.

O objetivo fundamental da Evidenciação é dotar os demonstrativos contábeis de informações adicionais tais que os tornem dotados de função preditiva.

Os demonstrativos contábeis, ou financeiros, geralmente expressam informações sobre situações passadas e presentes, enquanto à Evidenciação cabe dotar tais demonstrativos de informações que possuam potencial preditivo, facilitando a implementação do modelo decisório.

A legislação brasileira, por meio dos parágrafos 4º e 5º do artigo 176 da Lei nº 6.404/76, ao tratar das Notas Explicativas, dispôs de forma inteligente sobre como se implementar a Evidenciação, sendo digno de nota o item que obriga a indicação de eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Assim, embora no estágio atual a teoria e a prática sobre Evidenciação constituam um grande progresso em relação aos procedimentos existentes no passado, poder-se-ia obter ainda sensível melhoria na qualidade dos demonstrativos contábeis, na medida em que estes pudessem expressar maior número de informações sobre o futuro da entidade, ou que permitam inferir conclusões sobre o futuro. Nesse sentido, se os demonstrativos separassem as informações sobre custos e despesas em fixas e variáveis, tal separação possibilitaria ao usuário da informação fazer previsões acerca de mudanças nos resultados, que resultassem de mudanças na demanda.

Sob o aspecto da Correção Monetária, além das variações de preços passadas, que deverão estar refletidas nos demonstrativos, a Evidenciação poderia induzir à apresentação de projeções das variações de preços esperadas, se não em forma determinística, pelo menos em forma probabilística.

Reconhecendo-se que à Contabilidade Financeira não cabe substituir o modelo do investidor, seria muito útil ao modelo decisório para escolha de alternativas de investimentos ou financiamentos se a qualidade das informações contábeis fosse adaptada e melhorada para incluir previsões, mesmo probabilísticas.



### 3.4 - Os Princípios Fundamentais de Contabilidade, no Brasil

Considerando a necessidade de fixar os princípios de contabilidade vigentes no Brasil, uma vez que não existe um consenso sobre os mesmos, e levando em conta que esses princípios são divulgados em outros países, sob as mais variadas denominações, tais como princípios, regras, convenções, postulados, conceitos, guias, bases ou pressupostos fundamentais da contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade, por meio de Resoluções publicadas no Diário Oficial da União, de 26/2/82, citadas no início do Capítulo 1, aprova as Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Norma Brasileira de Contabilidade, nº T-1, refere-se aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, para elaboração das Demonstrações Contábeis.

Uma primeira observação pode ser feita quanto à qualificação dos Demonstrativos; a referida Norma os denomina de "Demonstrativos Contábeis", em lugar da consagrada expressão "Demonstrações Financeiras", adotada pela Lei das Sociedades por Ações, e da legislação comercial e fiscal superveniente.

Considera ainda, como princípios, os conceitos e postulados gerais emanados da doutrina contábil.

Esclarece ainda que os princípios visam ao tratamento contábil uniforme dos atos e fatos administrativos, e das demonstrações deles decorrentes, consignando que, havendo mudança de tratamento, o efeito deve ser informado.

A referida Norma NBC - T1 enumera e explica um elenco de dezesseis princípios, nela indicados pelos dígitos de 1.01 até 1.16, os quais são a seguir descritos, comentados e confrontados com aqueles já discutidos neste Capítulo.

"1 - DA ENTIDADE - O patrimônio da entidade não se confunde com o dos seus sócios ou acionistas, ou proprietário individual".



Este princípio corresponde ao postulado da entidade, já visto neste estudo, e nada de relevante cumpre mais observar.

"2 - DA QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS - Os componentes do patrimônio da entidade deverão ser diferenciados quantitativa e qualitativamente, sendo suscetíveis de expressão em termos físicos e monetários".

Este princípio não encontra correspondente direto entre os princípios contábeis geralmente aceitos, embora apresente alguma similitude com o princípio do Denominador Comum Monetário em combinação com a norma da Evidenciação.

"3 - DA EXPRESSÃO MONETÁRIA - O patrimônio e as operações da entidade devem ser expressos na moeda em vigor no país, convertendo-se nesta as transações realizadas noutras moedas".

Este princípio corresponde ao do Denominador Comum Monetário, com a restrição de que a unidade monetária deve ser a nacional. A sua aplicação, num ambiente sujeito à inflação, deve ser compatibilizada com o princípio de número 15, da Correção Monetária, caso contrário os demonstrativos contábeis sofreriam as distorções provocadas pelas flutuações de preços.

"4 - DA COMPETÊNCIA - As receitas e despesas devem ser reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencerem, e, de forma simultânea, quando se co-relacionarem. As despesas devem ser reconhecidas independentemente do seu pagamento e as receitas somente quando de sua realização".

O princípio acima descrito corresponde ao da Realização da Receita e Confrontação das Despesas, bem como à regra conhecida como "Regime de Competência", prevista no artigo 177 da Lei nº 6.404/76, citada.

"5 - DA OPORTUNIDADE - As mudanças nos ativos, passivos e na expressão contábil do patrimônio líquido deve reconhecer-se formalmente nos registros contábeis logo que ocorrerem, ainda que os seus valores sejam razoavelmente estimados e as provas documentais posteriormente complementadas".

Constitui uma reafirmação da norma da Objetividade, em bora se preocupe mais com a temporalidade da transação do que com os critérios utilizados para mensurá-la e quantificá-la.

"6 - DA FORMALIZAÇÃO DOS REGISTROS CONTÁBEIS - Os atos e fatos administrativos devem estar consubstanciados em registros apropriados. Qualquer que seja o processo adotado para tais registros, devem ser sempre preservados os elementos de comprovação necessários à verificação não só quanto à precisão como à perfeita compreensão das demonstrações contábeis".

Este princípio também reafirma a norma da Objetividade, parecendo todavia ser redundante e apresentando redação sujeita à crítica. Embora seja verdadeira, a afirmação pouco acrescenta à Teoria Contábil, pois apenas ratifica um postulado óbvio e trivial: o de que a Contabilidade deve basear-se na Escrituração. Quanto à redação, não só neste princípio, como também na parte introdutória da Resolução que os explicitou, faz-se referência a "atos e fatos administrativos"; parece ser inadequada tal referência, pois à Contabilidade interessam os atos e fatos contábeis; atos e fatos administrativos, ou jurídicos, ou mesmo econômicos, só são objeto de identificação, mensuração, registro e demonstração, pela Contabilidade, na medida em que traduzem transações ou eventos contábeis. Assim, por exemplo, uma reunião de diretoria de uma entidade pode ser entendida como um ato administrativo, todavia não é objeto de contabilização; mesmo decisões administrativas, enquanto encaradas como potenciais de atos ou fatos contábeis, não são objeto de consideração pela Contabilidade.

"7 - DA TERMINOLOGIA CONTÁBIL - Os termos utilizados nos registros e nas demonstrações contábeis conseqüentes devem expressar, tanto quanto possível, o verdadeiro significado das transações ocorridas, preservando-se expressões de idioma nacional".

Este princípio não encontra correspondência entre os geralmente aceitos; é uma regra que, embora importante, parece que não deveria estar erigida a nível de princípio fundamental da Contabilidade; na prática, embora a legislação, no Brasil, obrigue à escrituração em moeda e em idioma nacional, muitas expressões ou termos estrangeiros são utilizados, por já incorporados como usos e costumes, como por exemplo: "pro-labore", "royalties", "leasing", "goodwill", "imput", "output" e outros.

"8 - DA EQUIDADE - No registro contábil da transação, o seu efeito deve-se sobrepor a quaisquer interesses conflitantes".

A afirmativa deste princípio indica a adoção da abordagem ética da Contabilidade.

"9 - DA CONTINUIDADE - A vida da entidade é continuada, por consequência, como as demonstrações contábeis são estáticas, não podem ser desvinculadas dos períodos anteriores e subsequentes. Ocorrendo a descontinuidade, o fato deve ser divulgado".

A este princípio corresponde o postulado da Continuidade, já visto neste Capítulo.

"10 - DA PERIODICIDADE - Os exercícios contábeis deverão ser de igual duração, o que permitirá a sua comparabilidade, a avaliação da eficiência e eficácia da gestão".

Este princípio tem mais natureza normativa do que explicativa, ao preconizar que os períodos contábeis deverão ter igual duração.

Na prática, e geralmente com o fim de realizarem economia de imposto ou de adequarem as épocas de pagamentos de dividendos a períodos de maior liquidez financeira, muitas entidades costumam alterar a duração do período contábil. Parece, pois, que tal princípio seria melhor expresso numa forma de recomendação, e não imposto em caráter compulsório.

"11 - DA PRUDÊNCIA - O critério de menor valor para os itens do ativo e da receita, e o de maior valor para itens do passivo e despesa, com os efeitos correspondentes no Patrimônio Líquido, serão adotados para registro, diante de opções na escolha de valores".

Este princípio corresponde ao do Conservadorismo, e, como visto e comentado anteriormente, pode contribuir para a geração de demonstrativos contábeis não verdadeiros.

"12 - DA UNIFORMIDADE - Os critérios aplicados num período, nos registros contábeis e nos levantamentos deles decorrentes devem ser mantidos, nos períodos subsequentes. Contudo, em certas circunstâncias, havendo mudanças de critérios, o seu efeito nas demonstrações contábeis deve ser divulgado".

O princípio acima corresponde ao da Consistência, objeto de comentários anteriores.

"13 - DA INFORMAÇÃO - As demonstrações contábeis devem revelar, a quem de direito, todos os fatos que possam influir, significativamente, na sua interpretação".

O princípio retrocitado corresponde à adoção, para a Contabilidade, da abordagem da "Teoria da Comunicação", combinada com a norma da Evidenciação, vista anteriormente.

"14 - DOS ATOS E FATOS ALEATÓRIOS - Os direitos e obrigações da entidade, de natureza aleatória, devem ser registrados e divulgados nas demonstrações financeiras".

Aqui o princípio se refere a "demonstrações financeiras", contrariando o princípio da Terminologia Contábil e as próprias referências anteriores a "demonstrações contábeis". É bastante semelhante no sentido ao anterior princípio da Informação, guardando assim correspondência à norma da Evidenciação, cujo papel quase sempre, inclusive na prática brasileira, é exercido pelas Notas Explicativas.

"15 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA - A perda do poder aquisitivo da moeda deve ser reconhecida, em valores que integrem as demonstrações contábeis".

Para os efeitos desta Dissertação, este é o princípio mais importante, considerado pelo órgão normatizador de Contabilidade no Brasil, como "princípio fundamental da contabilidade".

É de se consignar que, na literatura disponível sobre o tema, na Teoria Contábil, pouco se tem produzido. O reconhecimento das flutuações prolongadas nos preços é assunto que, embora preocupante, não vinha merecendo a atenção agora recebida, de promover à categoria de "princípio" a necessidade de indexação contábil.

Observe-se, porém, que o referido princípio faz alusão à "perda do poder aquisitivo da moeda" (não grifado no original), o que corresponde ao reconhecimento de variações ascendentes de preços, ou seja, apenas do fenômeno inflacionário, ignorando-se o fenômeno de sentido inverso, ou seja, a deflação. Tal redação talvez se explique devido ao fato, já antes assinalado, de que o fenômeno "inflação" é bem mais contraditório do que o seu inverso. Do ponto de vista teórico, todavia, o princípio acima expresso ficaria melhor redigido se consignasse, em lugar de perda, o termo modificação — como na redação do artigo 185 da Lei nº 6.404/76 já referida — podendo assim ser consideradas mu-

danças tanto no sentido de acréscimos como no de decréscimos de preços.

"16 - DA INTEGRAÇÃO - As entidades dependentes, por participação de capital, deverão ter suas demonstrações contábeis integradas, o que originará uma nova demonstração".

Este princípio não encontra correspondente nos chamados princípios contábeis geralmente aceitos, embora expresse um procedimento já consagrado pelos usos e costumes. É uma complementação do princípio nº 1.01 - DA ENTIDADE, no sentido de que considera também como Entidade conjunto de entidades dependentes por controle ou participação de capital.

Na legislação societária brasileira, conforme artigo nº 275 da Lei nº 6.404/76 já havia sido prevista a consolidação das demonstrações financeiras de grupos de sociedades, embora na lei fiscal, o dispositivo que constituía o artigo 30 do Decreto-lei nº 1.598/77 tenha sido revogado, em virtude das possibilidades de evasão tributária que passariam a existir na hipótese de sociedades tributadas em conjunto.

Verifica-se assim, que o Conselho Federal de Contabilidade, ao baixar a referida Resolução nº 530/81, pretendeu definir, para as condições brasileiras, os princípios, normas, convenções, postulados e regras que, conhecidos sob as mais variadas denominações, foram reconhecidos pela primeira vez a nível de legislação, pela Lei das Sociedades por Ações hoje vigente, em seu artigo 177.

Todavia, esse elenco de dezesseis princípios não incluiu, expressamente, alguns princípios importantes conhecidos como geralmente aceitos, como por exemplo o da Objetividade e o da Materialidade.

Como o princípio de nº 06 - Da Formalização dos Registros Contábeis, guarda bastante semelhança com o da Objetividade, resta a conclusão de que o Conselho Federal de Contabilidade resolveu rejeitar ou não reconhecer o princípio da Materialidade. Essa conclusão teria fundamento no fato de que as legislações, tanto comercial como fiscal, têm reite-

radamente reafirmado a norma de que todas as operações das entidades terão que ser consideradas.

Assim, o princípio da Materialidade não seria propriamente relevante para a Contabilidade Financeira, embora não deixe de ser fundamental para um dos ramos aplicados da Contabilidade, ou seja, para a Auditoria Contábil.



#### 4. AValiação Contábil

##### 4.1 - Introdução

O problema da avaliação de um evento contábil tem sido um dos mais importantes enfrentados pela Teoria Contábil. Pode-se entender como "avaliação" a definição do valor econômico de um evento contábil, ou de uma transação.

Essa preocupação é aumentada quando se trata de entidades que operam numa conjuntura que apresente variações de preços persistentes e consideráveis, quase sempre tendendo num só sentido, como é o caso da inflação.

A seguir é apresentado um resumo da Teoria Contábil, no que diz respeito à avaliação de Ativos, de Passivos e de Resultados.

##### 4.2 - Avaliação de Ativos

Para os fins deste trabalho, uma das melhores definições de Ativo é a expressa no ARS nº 3, do AICPA, de 1962, dos EE.UU., segundo SPROUSE e MOONITZ (1): "... ativos representam benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade como resultado de alguma transação atual ou passada".

Tal definição realça a potencialidade de serviços para geração de receitas.

O Comitê de Conceitos Contábeis e Standards, da AAA - American Accounting Association (2), entende a respeito de avaliação de ativo: "Conceitualmente, a medida de valor de um ativo é a soma dos preços futuros de mercado, dos fluxos de serviços a serem obtidos, descontados pela probabilidade de ocorrência e pelo fator juros, a seus valores atuais".

---

(1) IUDICIBUS, S. Teoria da Contabilidade, p.103

(2) IUDICIBUS, S. Teoria da Contabilidade, p.105

Tal conceito de valor, formalmente ideal e suportado pela teoria econômica do valor, originada no conceito keynesiano da Eficiência Marginal do Capital, tem a desvantagem de ser abstrato e conduzir a uma definição bastante subjetiva do valor econômico de um bem ou de uma transação.

Para as economias que apresentam tendências inflacionárias significativas, além das variáveis acima explicitadas — taxa de juros e taxa de risco — o fator de desconto dos fluxos futuros terá que considerar também a taxa da inflação.

Existem, todavia, críticas ao método de se avaliar ativos isoladamente ou individualmente; a somatória das contribuições isoladas de cada ativo poderá ser diferente da contribuição dos ativos considerados conjuntamente, em virtude do efeito da sinergia que as entidades podem apresentar.

Tradicionalmente, o problema de avaliação de ativos tem sido resolvido da seguinte forma:

- a) os ativos monetários — expressos em termos de entrada esperada de caixa, ajustados pelo prazo de espera de recebimento;
- b) os ativos não monetários — avaliados pelo custo de aquisição (histórico), custo de reposição ou algum conceito derivado, ajustados pelo reconhecimento de fatores subtrativos ou redutores de seu valor, com a depreciação, a amortização e a exaustão.

Conforme salienta Iudícibus (em "Teoria da Contabilidade", pág. 107) "verifica-se que, no âmago de todas as teorias para a medição de ativos, se encontra a vontade de que a avaliação represente a melhor quantificação possível do potencial de serviços que o ativo representa para a entidade".

A abordagem dos critérios de avaliação de ativos pode ser esquematizada da seguinte forma:

#### VALORES DE ENTRADA

- Custo histórico.
- Custo corrente de reposição.
- Custo histórico corrigido pela variação do poder aquisitivo médio geral da moeda.
- Custo corrente de reposição combinado com custo histórico corrigido.

### VALORES DE SAÍDA

- Valores de liquidação.
- Preços correntes de venda.
- Equivalentes correntes de caixa.
- Valor atual, ou descontado, dos fluxos futuros de caixa.

### VALORES DE ENTRADA

Por valor de entrada entende-se aquele que, para a entidade, significa o custo de aquisição ou esforço dispendido para adquirir o respectivo direito de propriedade. Difere do valor de saída, que é aquele valor, expresso em moeda, que entraria como fluxo de caixa para a entidade, na hipótese de alienação onerosa do mesmo.

#### - Custo histórico

Consiste em se considerar, em qualquer momento no futuro, o valor registrado na Contabilidade, à data da transação ou evento. Este modo não leva em conta nem o valor de mercado nem as variações gerais de preços ocorridas desde a data de aquisição até o momento da elaboração do demonstrativo.

Os principais motivos que justificam este critério são a objetividade e a verificabilidade. Todavia, quando a economia apresenta variações significativas de preços, quer gerais, quer específicas, para determinados itens, este critério se torna inadequado para expressar valor em datas posteriores à da aquisição.

#### - Custo corrente de reposição

Custos históricos e custos correntes são iguais, na data da compra de um ativo; com o decurso do tempo, porém, um ativo pode ter seu valor alterado, quer em virtude de modificações tecnológicas, mudanças no mercado, e outras causas.

Assim, o custo corrente de um ativo, em determinada data, no estado em que se encontra, seria o custo de um outro ativo, igual ao primeiro, menos o valor de sua depreciação.

Existem problemas que afetam a avaliação de um ativo já existente, tanto no sentido de estabelecer sua similari-

dade com outro novo, como no que diz respeito à fixação da depreciação já ocorrida.

Todavia, o custo de reposição apresenta, em relação ao custo histórico, diversas vantagens, como por exemplo:

- a) pode aproximar-se razoavelmente, com ajustes, do valor que seria necessário para ser instalado um ativo novo;
- b) representa, na data da avaliação, uma base melhor pa-  
ra cálculo da depreciação, que é um conceito fundamental para a definição de lucro resultante do confronto de receitas com despesas;
- c) apresenta maior poder preditivo que o custo históri-  
co.

- Custo histórico corrigido pelas variações do poder aquisi-  
tivo médio geral da moeda

A avaliação a custo corrigido constitui uma forma de res-  
tauração do custo histórico. É o próprio custo histórico ex-  
presso em moeda com poder de compra atualizado. Tem o efeito  
de poder aumentar o poder preditivo dos demonstrativos contá-  
beis, quer sejam os valores de balanço, mais próximos dos va-  
lores de mercado, quer sejam os valores de resultados, pela  
imputação a custos ou despesas de parcelas de depreciação cal-  
culadas sobre valores mais reais.

Apresenta a vantagem de ser de fácil utilização, e con-  
duz a uma avaliação do patrimônio líquido da entidade que per-  
mite um processo decisório correto, no sentido de medir os  
fluxos e as conseqüentes distribuições sem alterar o valor  
real do capital.

- Custo histórico corrigido, combinado com custo corrente de  
reposição

Este critério pode comportar duas formas de avaliação  
de ativos:

- a) custo corrente corrigido pelas variações do poder a-  
quisitivo médio geral da moeda; consiste na utilização apenas  
dos custos de reposição, em cada data, mas homogeneizados  
para uma data-base por meio de um índice de preços; apresenta

a vantagem de tornar comparáveis os valores apresentados em momentos diferentes, e a desvantagem de não permitir a segregação dos resultados decorrentes da manutenção do ativo;

b) nesta forma, o procedimento ocorre em sentido inverso: primeiro é feita a correção do custo histórico, e após, o seu confronto com o custo corrente de reposição; a finalidade desta forma será, assim, expressar o valor do ativo em termos de poder de compra atualizado, medido pela variação no valor da moeda (conceito de manutenção de capital) e em seguida permitir a mensuração do resultado na manutenção do ativo, definida pela diferença entre o valor de reposição e o custo histórico corrigido.

### VALORES DE SAÍDA

Por valor de saída entende-se aquele que, para a entidade, significa um valor de realização, ou valor obtível pela transferência da propriedade do ativo. Oferece, porém, como critério de avaliação, a desvantagem de ferir o postulado da "continuidade", pelo qual se entende que a entidade aspira a ter vida eterna.

Observe-se que a legislação brasileira, ao prever a hipótese de avaliação a valor de mercado, quando este for menor que o de custo, adotou um critério bastante conservador, aproximando bastante o valor de saída (valor de realização) a um valor de entrada, ao determinar que, do preço líquido de realização, mediante venda no mercado, seja deduzida também a margem de lucro, além dos impostos e demais despesas necessárias à venda (artigo 183, § 1º, da Lei nº 6.404/76).

A conciliação de valores de saída com o postulado da Continuidade seria possível, porém, na hipótese de se admitir o conceito de liquidação ordenada, em lugar do conceito de liquidação forçada, que está implícito na idéia de valor de saída ou valor de realização.

### - Valores de Liquidação

Esta é uma hipótese extrema de valor de saída, só admitida quando certa ou provável a extinção da vida da entidade,

ou quando se presume uma venda forçada, tanto para clientes normais como para outras firmas, de itens do ativo da entidade, a preços bem reduzidos; muitas vezes mesmo a preços a baixo do custo. Para os fins deste trabalho, que aceita o postulado da Continuidade, este critério é, de imediato, descartado.

#### - Preço Corrente de Venda

O preço corrente de venda de um ativo pode ser uma razoável aproximação do futuro preço de venda, supondo-se a existência de um mercado razoavelmente eficiente e a inexistência de perturbações de preços motivadas por causas econômicas ou monetárias.

Por preço corrente de venda deve ser entendido o preço a vista, ou então o valor presente de preço a prazo, descontando-se de tal preço a prazo os custos ou despesas adicionais esperadas para realizar a venda.

Tal conceito é também conhecido como valor realizável líquido.

Consigne-se que a legislação brasileira retrocitada, ao adotar, para avaliação de produtos ou mercadorias, um conceito bastante conservador de valor de saída, ou seja, o valor líquido de realização menos a taxa normal de lucro, ou "mark-up", pretenderia evitar distribuições ou pagamento de imposto de renda sobre parcela de lucro ainda não realizada.

#### - Equivalente Corrente de Caixa

Este conceito, proposto por Chambers (citado por Iudícibus, "in" Teoria da Contabilidade, página 112), ao assumir a hipótese de liquidação ordenada para entidades em andamento (postulado da continuidade), representa o valor dos ativos que seria possível obter na venda processada sob liquidação ordenada. Embora a maioria dos autores considere este conceito de difícil aplicação, pois excluiria do ativo os para os quais fosse difícil definir um valor de mercado, é um conceito bastante próximo do preço corrente de venda.



O pensamento de Chambers, no caso, não deve ser interpretado no sentido de que a entidade tenha um plano de vida limitado ou pré-fixado, mas sim no sentido de que todas as transações de uma entidade, constituem uma liquidação ordenada, ou seja, as transações que propiciam receita constituem sempre substituições de alguns tipos de ativos por outros. Neste sentido, este conceito se aproxima bastante tanto do conceito de preço corrente de venda, como também do conceito de valor descontado, que é visto a seguir.

- Valor atual, ou descontado, dos fluxos futuros de caixa

É o mais perfeito conceito de avaliação de ativo, sob o ponto de vista teórico. Concilia-se plenamente com o conceito econômico de lucro, eleito nesta dissertação como o ideal, ou seja, segundo o conceito de manutenção de capital, fundado na idéia de Adam Smith (1).

A dificuldade de aplicação deste conceito está na definição de uma taxa de juros adequada, para desconto de valores futuros a receber, como também na própria determinação desses valores futuros, tendo em conta a probabilidade de ocorrências associadas aos referidos fluxos e sobre as quais não se possui um elevado grau de certeza. Na prática, este conceito tem sido utilizado apenas no que se refere a itens monetários, como duplicatas a receber, valores a receber, e outros.

Por ser, conceitualmente, o mais perfeito conceito de avaliação de ativo, tendo em vista que é o dotado de maior potencial preditivo e o que mais se concilia com os objetivos desta dissertação, são apresentados, a seguir, alguns exemplos numéricos simples de aplicação deste conceito, fugindo-se assim ao plano inicialmente definido da abordagem essencialmente-expositiva deste trabalho.

---

(1) HENDRIKSEN, obra citada, página 146.



Tais exemplos numéricos, ao mesmo tempo em que objetivam reforçar a conciliação do conceito microeconômico de avaliação de ativos baseado no valor presente de entradas futuras de caixa, com o conceito macroeconômico da Eficiência Marginal do Capital, de Keynes, e também com o conceito financeiro de valor intrínseco de uma empresa ou de uma ação, têm a vantagem de permitir a geração do conceito contábil de "goodwill", que expresso em forma verbal, quase sempre é obscurecido por influências ou viéses provocados por deficiência de interpretação lógica.

Têm também, os exemplos numéricos, o mérito de evidenciar a potencialidade dos ativos como geradores de receitas e de lucros.

Supondo-se que uma entidade pretenda adquirir um bem de capital, ou equipamento de produção, e conhecendo-se o custo do bem e a respectiva vida útil prevista, é possível determinar-se um valor residual para esse bem, previsto para um dado momento após o decurso de determinado período de tempo.

Na realidade econômica, a depreciação de tal bem não seria igual em cada um dos períodos futuros de sua vida, e a teoria contábil fornece diversos métodos para a determinação do valor da depreciação contábil, adequados cada um aos diversos tipos de bens, segundo a natureza dos mesmos.

✓ É importante conhecer-se o valor das depreciações futuras, para cálculo da rentabilidade líquida de tal bem, pois o montante correspondente à depreciação, embora não constitua um fluxo de caixa, é levado em conta para o cálculo do imposto de renda, este sim se constituindo num fluxo negativo de caixa.

Para efeito de simplificação, nos exemplos numéricos a serem apresentados, supõe-se que a depreciação ocorra por igual em cada um dos períodos futuros (depreciação em linha reta), e que as taxas de imposto de renda não sejam alteradas no horizonte previsto de vida útil do bem.

✓ A escolha da taxa apropriada de desconto é outro problema fundamental para obter-se uma estimativa correta do valor presente dos futuros fluxos de rendimentos. Na prática se utiliza uma taxa de custo de oportunidade, ou então a taxa de custo de capital da entidade.

A alternativa de utilização da taxa de custo de oportunidade (o retorno que seria obtido em aplicação que apresentasse o mesmo grau de risco) é válida, desde que se obtenham informações seguras sobre o nível de risco de investimentos alternativos.

✓ Um terceiro elemento, fundamental para o estabelecimento do valor de um ativo, com base no valor presente dos benefícios esperados desse ativo, são os valores relativos aos futuros fluxos líquidos de caixa a serem gerados pelo respectivo ativo.

Na prática, estimativas dessa natureza, que envolvem a previsão de receitas de vendas, ou de prestação de serviços, são realizadas com a utilização de técnicas estatísticas de previsão, como regressão linear simples, regressão linear múltipla, método dos mínimos quadrados, e com a utilização de modelos econométricos mais complexos.

Tais estimativas, quando baseadas em dados passados, partem do pressuposto de que o desempenho passado é uma boa indicação do desempenho futuro.

Na hipótese de inexistirem dados passados a respeito de determinada atividade, como por exemplo o lançamento de um produto novo ou a criação de uma nova entidade, as estimativas basear-se-ão no potencial teórico de geração de fluxos apresentado pelo ativo; obviamente, estas estimativas serão menos seguras que aquelas baseadas numa experiência passada.

Definidos os três elementos fundamentais — fluxos de caixa futuros, taxa de desconto e preço de compra do bem de capital — o problema resumir-se-á numa simples equação, resolvível com a utilização da matemática financeira.

Disponíveis, assim, esses três elementos, o cálculo do valor presente dos rendimentos futuros servirá para o confronto com o preço do bem de capital. Se o valor presente for maior que o preço do bem, a diferença constituirá um ganho líquido; se o valor presente for menor do que o preço do bem, ao contrário, a diferença constituirá uma perda.

É de se consignar que, desconhecida a taxa de desconto necessária para o cálculo do valor presente dos fluxos futuros, mas conhecidos o preço de compra do bem e os valores dos respectivos fluxos, será possível deduzir-se a taxa de desconto que fará com que o valor presente dos fluxos futuros seja igual ao preço de compra do bem.

Tal taxa é conhecida como taxa interna de retorno, e é útil para comparação com a taxa de juros do mercado, ou com a taxa de custo de capital da entidade, ou mesmo a taxa de custo de oportunidade, servindo dessa forma ao modelo decisório, por meio de comparação.

Saliente-se, outrossim, que os valores descontados assim apurados, constituem o que em teoria contábil se convencionou denominar de valores subjetivos.

Adaptando-se um exemplo apresentado por Iudícibus (Teoria da Contabilidade, citada, página 107), que se baseou em obra de Edwards e Bell, é possível estabelecer-se uma relação entre valores subjetivos e valores de realização, com o objetivo de conciliar-se o rigor científico da teoria do valor presente, mas de efeitos subjetivos, com os resultados práticos e objetivos dos valores de mercado.

Por meio de um exemplo numérico mais adiante formulado, procurar-se-á demonstrar:

a) o valor subjetivo de um bem, definido pelo valor presente de seus benefícios futuros, após serem estimados esses benefícios futuros e ser estabelecida a taxa de desconto apropriada; tal valor subjetivo do bem, comparado com o seu preço de compra, seria indicativo da compra ou não do mesmo (decisão "ex ante"), podendo assim ser conceituado o lucro econômico;

b) após o decurso de cada um dos períodos de vida do bem, será possível formular o conceito de lucro econômico "ex post" para o período decorrido, e a revisão do conceito de lucro econômico "ex ante" para os períodos a decorrer, levando-se em conta as novas estimativas feitas após o decurso de cada período; consigne-se que o conceito de lucro econômico "ex post" é, para os fins da Teoria Contábil, de melhor qualidade que o conceito de lucro econômico "ex ante";

c) por último, evidenciar a conciliação entre os valores subjetivos, baseados em fluxos descontados, e os valores objetivos, baseados em valores de mercado, reforçando-se então a teoria do "valor presente dos fluxos futuros".

#### Exemplo numérico da demonstração:

Supõe-se que um empresário, após analisar diversas alternativas, opta pela compra de uma máquina, que custa à vista \$ 80.000 e que deverá ser vendida por \$ 20.000 após o decurso de um prazo de 5 anos de utilização. Os fluxos líquidos de caixa (após impostos e após depreciação) que deverão ocorrer ao fim de cada um dos cinco anos futuros, serão:

- Fim do 1º ano (período  $t_0$ ) = \$ 40.000
- Fim do 2º ano (período  $t_1$ ) = \$ 45.000
- Fim do 3º ano (período  $t_2$ ) = \$ 50.000
- Fim do 4º ano (período  $t_3$ ) = \$ 47.000
- Fim do 5º ano (período  $t_4$ ) = \$ 42.000, mais \$ 20.000 correspondentes à venda da máquina.

A taxa mínima de retorno desejado, no momento de aquisição da máquina, é de 30% ao ano.

Antes de se demonstrar o valor subjetivo da máquina, será visto um conceito não menos importante para o modelo decisório, ou seja, o da taxa interna de retorno.

Entendendo-se como TIR (taxa interna de retorno) aquela que igualaria o valor atual dos fluxos futuros ao custo do investimento, ter-se-á, para o exemplo acima, uma TIR igual a 49,16 % ao ano.

O cálculo da TIR, no caso, foi obtido pelo processo conhecido como de aproximações sucessivas, isto é, experimentando-se taxas cada vez mais próximas àquela necessária para tornar o valor presente dos fluxos futuros igual ao preço de compra do bem. Ao conceito microeconômico de taxa interna de retorno corresponde o conceito macroeconômico da eficiência marginal do capital.

Consigne-se que, para pequenos números de fluxos de caixa, a maior parte das calculadoras programáveis disponíveis atualmente apresenta programa de cálculo por meio do qual, de maneira rápida e segura, se obtém a referida taxa. Para grande número de fluxos de caixa já é aconselhável a utilização de computador mais potente que as calculadoras.

Pode ocorrer, dependendo do número de fluxos de caixa que mudem de sinal, a existência de mais de uma taxa interna de retorno; nesse caso, a análise econômica do problema é que irá indicar qual dessas taxas deverá ser utilizada para a solução do caso.

Também analiticamente é possível formular e resolver tal tipo de problema, por meio de expressões conhecidas como polinomiais; a solução de tais expressões, porém, torna-se cada vez mais complexa e trabalhosa, à medida em que aumentem os expoentes representativos de períodos futuros, razão pela qual a maior parte dos programas computacionais se baseia na técnica das aproximações sucessivas.

A seguir é feita a demonstração do valor subjetivo da máquina.

a) Demonstração do valor subjetivo da máquina

O valor subjetivo (VS) da máquina, no momento "0" será:

$$VS_0 = \frac{40.000}{1,3} + \frac{45.000}{1,3^2} + \frac{50.000}{1,3^3} + \frac{47.000}{1,3^4} + \frac{62.000}{1,3^5}$$

$$VS_0 = 30.769 + 26.627 + 22.758 + 16.456 + 16.698 = 113.308$$

Assim sendo, o VS da máquina será igual a \$ 113.308 e sendo o seu preço de compra igual a \$ 80.000, pode-se afirmar que o valor do "goodwill", no momento 0, será igual a \$ 33.308, que é a diferença entre o VS e o custo do investimento.

O lucro econômico (LE) ou lucro subjetivo, assim entendido o valor que pode ser consumido sem enfraquecer o valor subjetivo da entidade, será o resultante da multiplicação da taxa de desconto pelo valor atual das receitas líquidas. Como o valor atual dos fluxos líquidos de caixa é de \$113.308 teremos:

$$LE = 113.308 \times 0,3 = 33.992$$

Ao fim do primeiro ano de atividade, ao se calcular novamente o VS da máquina, após o recebimento e distribuição do fluxo líquido de caixa de \$ 40.000, ter-se-á:

$$VS = \frac{45.000}{1,3} + \frac{50.000}{1,3^2} + \frac{47.000}{1,3^3} + \frac{62.000}{1,3^4}$$

$$VS = 34.615 + 29.585 + 21.392 + 21.708 = 107.300$$

Se, ao fim do primeiro ano, fosse distribuído apenas o lucro econômico, de 33.992, sobraria, dos 40.000 de fluxos líquidos, a quantia de 6.008.

Para se conhecer o  $VS_1$  ao fim do primeiro período, ter-se-á que somar os 6.008 não distribuídos, aos 107.300 acima calculados, obtendo-se assim os mesmos 113.308 obtidos anteriormente.

Procedendo-se dessa forma, isto é, distribuindo-se apenas o lucro econômico auferido em cada período, ter-se-á sempre, ao fim de qualquer período, um valor subjetivo que é idêntico ao  $VS_0$ , demonstrando-se assim que:

"distribuindo-se apenas o lucro econômico, ou lucro subjetivo auferido em cada período, não se alterará o valor subjetivo da entidade", sendo isso válido para todos os períodos.



b) Demonstração do valor subjetivo e do lucro econômico "ex post"

Pode ocorrer, e na prática geralmente ocorre, que após o decurso de um período, verifiquem-se as seguintes alterações, consideradas isolada ou conjuntamente:

- i) a estimativa de fluxos de caixa para o período não foi confirmada;
- ii) em virtude de mudanças nas expectativas, serão necessárias novas estimativas de fluxos de caixa para os períodos futuros;
- iii) não tenha havido confirmação da taxa de desconto prevista em  $t_0$ , para o período decorrido;
- iv) seja necessário estabelecer nova taxa de desconto para os períodos futuros restantes.

Em quaisquer dessas hipóteses, é necessário recalcular tanto o VS como o LE, disso resultando um novo conceito de lucro econômico, "ex post", mais próximo agora do ideal preconizado pela teoria contábil.

Na hipótese em que, após o decurso do primeiro período, seja constatado que as previsões feitas em  $t_0$  não se confirmaram e que seja necessária nova previsão para os períodos futuros, em virtude de mudanças nas expectativas, decorrentes de alterações nas condições econômicas — mudanças nos fluxos de caixa e/ou na taxa de desconto — pode-se demonstrar novamente que, para não se alterar o valor subjetivo da máquina (VS), somente poderá ser distribuído o lucro econômico (LE).

No caso anterior, da máquina adquirida por \$ 80.000 em  $t_0$ , supondo-se que o fluxo verificado para o primeiro período tenha sido de \$ 35.000, e os previstos para os períodos restantes sejam, respectivamente:

- Fim do 2º ano (período  $t_1$ ) = 43.000
- Fim do 3º ano (período  $t_2$ ) = 49.000
- Fim do 4º ano (período  $t_3$ ) = 46.000
- Fim do 5º ano (período  $t_5$ ) = 38.000



Supõe-se também, no momento  $t_1$ , que o valor residual da máquina, ao fim do 5º ano, será de \$ 15.000, e que a taxa de desconto seja de 25% ao ano, disso resultando que o valor subjetivo reformulado (VSR) ao fim do 5º ano será:

$$VSR = 35.000 + \frac{43.000}{1,25} + \frac{49.000}{1,25^2} + \frac{46.000}{1,25^3} + \frac{53.000}{1,25^4}$$

$$VSR = 35.000 + 34.400 + 31.360 + 23.552 + 21.709$$

$$VSR = 146.021$$

Existem, agora, dois valores subjetivos: o primeiro, de finido no início das operações, no valor de \$ 113.308, e o segundo, calculado ao fim do primeiro período, face às novas previsões em função de expectativas resultantes das novas condições econômicas.

Assim, é possível definir um Lucro Econômico diferente daquele definido anteriormente; é uma espécie de lucro econômico ainda subjetivo, mas "ex post", em relação ao primeiro período, portanto é um conceito melhorado em relação àquele primeiro conceito.

Chamando-se a esse lucro econômico "ex post" de LER, ter-se-á:

$$LER = 146.021 - 113.308 = 32.713$$

Se for distribuído apenas o lucro econômico "ex post" de \$ 32.713, haverá uma sobra de \$ 2.287 em relação aos fluxos líquidos de \$ 35.000 verificados no período  $t_0$ .

O valor subjetivo da máquina, ao início de  $t_1$  será:

$$VS = 34.400 + 31.360 + 23.552 + 21.709 = 111.021$$

Somando-se os lucros não distribuídos, no valor de \$ 2.287 ao valor subjetivo da máquina ao início de  $t_1$ , ter-se-á:

$$VS_1 = 111.021 + 2.287 = 113.308$$

Verifica-se assim que o valor subjetivo em  $t_1$  é idêntico ao calculado em  $t_0$ , ou seja, de \$ 113.308.

Resumindo, existem agora os seguintes conceitos e valores:

- 1) Valor subjetivo calculado ao início de  $t_0$ , com base nas expectativas resultantes das condições econômicas existentes no início de  $t_0 = \$ 113.308$
- 2) Lucro econômico calculado no início de  $t_0 = \$ 33.992$
- 3) Lucro econômico calculado ao fim de  $t_0 = \$ 32.713$
- 4) Valor subjetivo calculado ao fim de  $t_0 = \$ 146.021$
- 5) Valor subjetivo calculado ao fim de  $t_0$ , mas com base nos valores estimados no início de  $t_0$ :

$$107.300 + 40.000 = 147.300$$

Para os efeitos da Teoria Contábil, os conceitos relevantes passam a ser o 3º e o 4º, os quais permitirão, ao fim de  $t_0$ , a correta avaliação de fluxos e estoques, levando-se em conta tanto o desempenho passado (enfoque "ex post") como as novas expectativas (enfoque "ex ante").

#### c) Conciliação entre valores subjetivos e valores objetivos

É possível, a esta altura, estabelecer-se um liame entre o passado e o futuro, ou seja, tentar a exploração do potencial explicativo e preditivo da Contabilidade.

Para isso, será feita a comparação dos conceitos subjetivos demonstrados anteriormente, com um plano de investimento baseado em valores de mercado, ou valores de realização.

Supõe-se agora, com os mesmos fundos disponíveis ao início de  $t_0$ , utilizados no exemplo anterior, a elaboração de um plano de investimento em função dos valores esperados de mercado. Tanto o preço de aquisição do bem, como os fluxos líquidos de caixa esperados são os mesmos feitos ao início de  $t_0$ , com a única diferença de que os valores de realização prováveis serão previstos para o fim de cada período de avaliação, e não apenas para o fim da vida útil do bem.

Tais valores de realização, expressos agora em milhares de unidades monetárias, para efeito de simplificação, serão os seguintes, ao fim de cada um dos períodos de  $t_0$  a  $t_4$ : 75, 63, 48, 33 e 20, respectivamente.

O lucro esperado, em termos de valores de realização, para o primeiro período, será igual ao valor de realização ao fim do primeiro período, mais o fluxo líquido de caixa, menos o valor de aquisição do bem; desse lucro esperado deduz-se o custo de oportunidade incorrido em virtude da manutenção do bem, resultando-se então num lucro nominal que, descontado à taxa de custo de oportunidade ter-se-á, ao fim do primeiro período, o valor presente do mesmo. Repetindo-se esse procedimento para cada período, e procedendo-se à soma dos lucros descontados relativos a cada período, ter-se-á o valor do GOODWILL conforme calculado no tópico "a" anterior.

O demonstrativo a seguir evidencia tal afirmativa:

	<u>Momento</u>					
	$t_0$	$t_1$	$t_2$	$t_3$	$t_4$	$t_5$
Valor de Realização	80	115	108	98	80	62
Fluxo Líquido de Caixa		40	45	50	47	42
Valor residual do bem	80	75	63	48	33	20

O valor atual dos lucros esperados de cada período é a seguir demonstrado:

Período	Lucro esperado (realização)	Custo de Opor- tunidade	Lucro me- nos Custo	Valor Atual
1º	$115 - 80 = 35$	$80 \times 0,3 = 24$	11	8.462
2º	$108 - 75 = 33$	$75 \times 0,3 = 22,5$	10,5	6.213
3º	$98 - 63 = 35$	$63 \times 0,3 = 18,9$	16,1	7.328
4º	$80 - 48 = 32$	$48 \times 0,3 = 14,4$	17,6	6.162
5º	$62 - 33 = 29$	$33 \times 0,3 = 9,9$	19,1	5.144
Soma: lucro total realizável				33.308
				=====

Observe-se que o lucro total realizável, de \$ 33.308 é o mesmo valor obtido para o Goodwill subjetivo, calculado ao início de  $t_0$ .

É teoricamente relevante essa constatação, pois indica um caminho para a conciliação entre valores subjetivos e valores objetivos, embora estes sejam de realização, ou seja, valores de mercado previstos para a realização do ativo ao fim de cada um dos períodos de sua vida útil.

Assim, o Goodwill subjetivo pode ser conceituado como a diferença entre o valor subjetivo do bem em determinado momento e o seu valor de aquisição. Pode, também, ser formulado em termos da capacidade que a entidade tenha de gerar lucros que superem o custo de capital e decorrentes da realização do ativo.

O conceito de valor de realização, como já visto em outro tópico, é adequado para um investimento que se extingue, como é o caso da máquina, no exemplo, cuja depreciação se dá pelo decurso do tempo.

Essa conciliação, entre valores objetivos e valores subjetivos, é fundamental para a Teoria Contábil, na medida em que permite ligar o passado ao futuro, encaminhando a Contabilidade à categoria de ramo do conhecimento científico, com poder explicativo e preditivo.

Para esta Dissertação, cujo principal objetivo é contribuir para tornar mais claro o conceito de Correção Monetária, é importante consignar que, para se atingir o conceito teoricamente mais correto de avaliação, ou seja, o conceito de Valor Atual de Fluxos Futuros de Caixa, dever-se-á incorporar, à taxa de desconto, também a taxa de inflação esperada, disso resultando que a taxa de desconto será composta, multiplicativamente e não aditivamente, das taxas de juros, de risco e de inflação.

### 4.3 - Avaliação de Passivos

A Teoria Contábil, em seu estágio atual, não apresenta grande variedade de estudos sobre avaliação de exigibilidades, provavelmente pelo fato de que a maior parte de tais itens é constituída por valores monetários.

Assim sendo, o critério mais adequado para se avaliar um passivo monetário, é o mesmo utilizado para avaliação de ativos monetários: valor atual dos montantes a serem pagos no futuro.

Todavia, quando se tratar de passivos de prazo muito curto, numa conjuntura em que as taxas de variações no valor da moeda não sejam significativas, caso em que a diferença entre valor presente e valor futuro não seja material, os passivos poderão ser avaliados pelos respectivos valores nominais, ou seja, pelos respectivos valores futuros.

Na hipótese de passivos cuja caracterização como monetários seja difícil, como o caso de dívidas com cláusula de indexação que cubra parcialmente a variação no valor da moeda, deve-se levar em conta, obviamente, a diferença entre a taxa econômica de desconto, e a taxa de indexação pactuada.

Para exigibilidades com opção de pagamento antecipado, com desconto, dever-se-á levar em conta essa hipótese alternativa na avaliação desse passivo, sempre que a taxa de desconto oferecido pelo credor for superior à taxa econômica de desconto.

### 4.4 - AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A Teoria Contábil disponível é rica em caracterizar o que seja RECEITA, DESPESA, PERDA ou GANHO.

Como o lucro é enfocado, neste trabalho, como um acréscimo a uma situação anterior de riqueza — lucro no conceito de manutenção de capital — ou seja, um fluxo em acréscimo a uma situação de estoque, o conceito teórico de lucro decorre da diferença entre dois patrimônios líquidos, em dois momentos diferentes de tempo.

Assim, para a determinação do lucro corrigido de um período, é suficiente a comparação dos patrimônios líquidos existentes no início e no fim do referido período, obviamente ajustados pelos acréscimos e/ou distribuições de capital sob a forma de aumentos de capital, dividendos, pagamentos de impostos, e outros, expressos em moeda de mesmo valor, ou de valor estável; obviamente, se no período ocorreu variação no valor da moeda, essa variação terá que ser neutralizada para que a comparação possa ser feita em termos homogêneos, e essa neutralização é feita por uma forma de indexação; a sistemática da Correção Monetária, desde que reflita com fidelidade as variações de preços, permite assim a definição correta de resultados líquidos, decorrentes da comparação de dois patrimônios líquidos baseados em moeda estável.

Nesse sentido, adotado um conceito de lucro "tudo incluído", o problema de avaliação de resultados se resume em se determinar com exatidão o valor de Receitas e de Despesas.

Entendida a Despesa como um ativo, carregado de potencial de benefícios futuros, o problema de sua avaliação é se semelhante ao da avaliação de um ativo qualquer.

Despesa avaliada a custo histórico só tem significação numa conjuntura em que variações de preços não sejam relevantes.

Por exemplo, num período contábil de um ano, em que ocorra uma inflação de 100%, uma despesa realizada no primeiro dia do período estaria reduzida à metade de seu valor, na hipótese de confrontar-se com uma receita realizada no último dia do período.

Porém, como resultados podem ser enfocados como diferenciais entre valores de patrimônio líquido existentes em momentos diferentes, a correção monetária dos valores do balanço implica em se considerar como resultado a diferença entre os produtos de correção de valores do ativo e da correção de valores do passivo, sendo possível evitar-se, desde que dentro de um mesmo período, a correção das contas de resultado, quer negativas quer positivas.

#### 4.5 - Avaliação de Inventários

Inventário é uma espécie de ativo, geralmente classificado como circulante, tendo em vista os períodos geralmente curtos em que permanece em poder da entidade; como ativo, a regra geral para avaliação é a mesma utilizada para outros ativos não monetários.

O termo inventário é utilizado para designar o agregado de itens, não monetários, tangíveis, que:

- a) são estocados para venda no curso dos negócios;
- b) encontram-se em processo de produção, para se transformarem em produtos a serem vendidos;
- c) encontram-se estocados, aguardando entrada no processo produtivo da entidade, a fim de virem a ser transformados em produtos.

Os critérios para avaliação de inventários são os mesmos adotados para avaliação de outros ativos não monetários, dependendo do estágio em que se encontram, se próximos ou distantes do ponto em que podem ser considerados aptos para venda.

Caso os inventários, como por exemplo matérias-primas, se encontrem num ponto em que todo ou quase todo o trabalho tenha que ser feito, para transformar tais inventários em produtos prontos para venda, então um valor de entrada será o mais adequado para sua avaliação.

Na hipótese de produtos finais, ou mesmo materiais que já incorporaram boa parte de valor agregado, uma avaliação a valores de saída será a mais adequada.

A legislação brasileira (art. 183, inciso II e § 1º da Lei nº 6.404/76), como já foi salientado antes, adotou o princípio do Conservadorismo (ou da Prudência) para avaliação de inventários. Assim, mercadorias e produtos, matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, serão avaliados pelo custo de aquisição ou de produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior. É uma forma mista de avaliação (de entrada ou de saída, o menor dos dois).



Observe-se que a legislação fiscal (art. 14, § 3º do Decreto-Lei nº 1.598/77), ao tratar especificamente de produtos em fabricação e acabados, só admite a avaliação ao custo de produção para entidades que mantenham sistema de contabilidade de custo, integrado e coordenado com o restante da escrituração.

Na hipótese em que a entidade não mantenha tal contabilidade de custo, a avaliação dos estoques é arbitrada, por critérios de valores de entrada e de valores de saída, a saber:

a) produtos acabados terão a avaliação arbitrada em 70% do maior preço de venda verificado no período-base (valor de saída);

b) materiais em processamento e produtos em elaboração serão avaliados por 150% do maior custo das matérias-primas (valor de entrada), ou por 56% do maior preço de venda obtido no período (valor de saída).

Como, no caso "b" acima, a legislação tributária não determinou quando se deve utilizar o valor de entrada ou o de saída, fica a critério da entidade optar por um ou outro. Uma solução razoável seria considerar o estágio em que se encontra a produção: por exemplo, produtos com até 50% da produção completada seriam avaliados a "valor de entrada", e produtos com 50% ou mais da produção completada seriam avaliados a "valor de saída".

Note-se ainda que a legislação fiscal (§ 4º, art. 14, do Decreto-lei nº 1.598/77), admite, para estoques de produtos agrícolas, animais e extrativos, a avaliação a preços correntes de mercado, conforme as práticas usuais em cada tipo de atividade; tal dispositivo, na Lei Societária (§ 4º, art. 183, da Lei nº 6.404/76), refere-se a estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda.

Para uma economia em que exista inflação em níveis elevados, a avaliação a valores de entrada, como já visto, é inadequada; tal inadequação desaparece, todavia, se for adotado o critério de custo histórico corrigido.

## 5. OS MÉTODOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA

### 5.1 - Considerações Gerais

A preocupação com os efeitos das flutuações de preços nas demonstrações financeiras tem provocado o surgimento de diversas técnicas ou métodos de correção, que, para efeito de análise, poderão ser classificados em dois grandes grupos:

- a) Método do Custo de Reposição.
- b) Método do Custo Corrigido.

O objetivo de cada método é bem distinto; embora ambos pretendam refletir nos demonstrativos contábeis, ou financeiros, os efeitos das variações de preços, o método do Custo de Reposição, de elaboração mais antiga, aplica-se principalmente às variações específicas de preços, ou flutuações de preços provocadas por causas econômicas ou reais. Por outro lado, o método do Custo Corrigido tem aplicação voltada essencialmente para as flutuações de preços que decorrem de causas monetárias, e que geram geralmente flutuações gerais nos preços, manifestas sob a forma de inflação.

O método do Custo de Reposição visa a refletir nos demonstrativos os ganhos e perdas econômicos, reais, incorridos ou potenciais, enquanto o método do Custo Corrigido visa a, apenas, neutralizar nesses demonstrativos os efeitos das variações de preços.

A seguir serão analisados rapidamente os dois métodos, para em tópicos posteriores serem discutidos com maior atenção principalmente a Contabilidade a Nível Geral de Preços, e a Correção Monetária Oficial no Brasil.

## 5.2 - Método do Custo de Reposição

A filosofia que orienta o método do Custo de Reposição é expressa através do Postulado da "Continuidade da Entidade"; supõe-se que a entidade, por ter aspirações de vida ilimitada, continuará operando sempre e renovando seus estoques, para substituição de ativos vendidos.

Alguns autores acham que o custo de reposição, a par de ser conceito de difícil determinação, não é uma alternativa adequada para produzir demonstrativos financeiros fiéis em uma economia moderna, principalmente para os bens do ativo imobilizado, por ignorarem a obsolescência e o progresso técnico. Também no caso de inventários, alterações nos gostos e costumes de consumidores e mudanças nas funções de produção de indústrias são fatores que indicariam não ser aconselhável a reposição obrigatória, da mesma espécie e natureza dos estoques a serem substituídos. O método alternativo, ou seja, o do Custo Corrigido, admite a hipótese, mais realista, que estoques ou ativos permanentes consumidos e que devam ser substituídos, poderão sê-lo por outros investimentos feitos na economia, não necessariamente da mesma espécie e natureza.

O método do Custo de Reposição, também conhecido como método de Custos Correntes, visa a expressar as contas do ativo, do passivo, de receitas e despesas de uma entidade, em termos correntes.

A finalidade do mesmo é acompanhar as flutuações específicas de preços dos ativos, tanto circulantes como permanentes, e expressar os demonstrativos de estoques (Balanço) e de fluxos (Resultados), em termos de valores de mercado vigentes às datas dos referidos demonstrativos.

Sob o aspecto da Teoria Contábil, representa um desvio maior que a teoria do custo corrigido, em relação aos princípios contábeis geralmente aceitos, pois além de contrariar os princípios do denominador comum monetário e do custo histórico como base de valor, também desobedece à filosofia do princípio da realização e do conservadorismo, por reconhecer ganhos ou perdas ainda não realizados.

O método do custo de reposição é aplicável à hipótese em que ocorrem mudanças nos preços específicos dos ativos utilizados pela entidade. Na inexistência de alterações no poder de compra geral da moeda, as mudanças nos preços específicos acarretam efeitos econômicos reais para a entidade, expressos em ganhos ou perdas.

Assim, um aumento nos preços de insumos de uma entidade acarreta-lhe acréscimo de despesa ou de custo, e redução de lucro; um acréscimo no valor de mercado de um produto ou serviço acarreta-lhe um enriquecimento, quer o produto ou serviço seja alienado, quer seja mantido.

Tradicionalmente, a contabilidade compara o valor corrente de receitas com valor histórico de custos ou despesas; este procedimento, por gerar distorções nos demonstrativos, pode ser substituído pela comparação de valores correntes de receitas com valores correntes de despesas ou custos. Tal procedimento visa a apresentar um demonstrativo correto de resultados, embora gere o problema relativo à avaliação de estoques não realizados.

Alguns autores recomendam que a alteração no valor do ativo estocado deva ser refletida, tanto no balanço como na demonstração de resultados, embora tal alteração não devesse fazer parte do conceito de lucro operacional e nem mesmo servir de base para distribuições ou pagamento de impostos.

Outros autores vão ainda mais longe, e não consideram para efeito de distribuição o ganho de estocagem, mesmo que realizado, sob o argumento de que tal ganho servirá simplesmente como recurso necessário para repor o bem vendido.

Um exemplo numérico, apresentado por Edwards & Bell e citado por Hendriksen (obra citada, página 217), é a seguir mostrado como ilustração de caso em que ocorrem ganhos de estocagem ao lado de lucro operacional:

- Uma entidade adquire um ativo por \$ 1.600 e o vende, mais tarde, por \$ 2.400, quando o custo corrente de recompra para o mesmo é de \$ 1.920.

A demonstração de fluxos (demonstração de resultados) deverá consignar:

Lucro bruto operacional	= \$ 480	( \$ 2.400 - \$ 1.920)
Ganho de estocagem	= \$ 320	( \$ 1.920 - \$ 1.600)
Ganho total	= \$ 800	
	=====	

Acrescente-se que o demonstrativo de estoques, ou seja, o Balanço, por sua vez deverá também consignar, no lado do passivo, os ganhos acima demonstrados, e preferencialmente des tacados como na forma calculada, uma vez que a respeito de cada parcela poderá ser tomada uma decisão diferente.

Parece bastante razoável, assim, propor que o ganho de estocagem, quando realizado, possa servir de base para distri buição ou pagamento de impostos, quando o ativo realizado é substituível; uma entidade racionalmente administrada tem que ter aptidão para reaplicar em outros ativos os lucros realizados auferidos com estocagem de ativos substituíveis.

Todavia, se o ativo é singular e não substituível, e necessária a sua reposição para a continuidade da entidade, pode-se entender que o ganho de estocagem, mesmo realizado, não deve servir de base para distribuição de dividendos ou pagamento de imposto de renda, porque os recursos gerados em ganho de manutenção serão necessários à reposição de tal ati vo.

#### 5.2.1 - Operacionalidade do método do custo de reposição

Para ser implementado, o método do custo de reposição poderá basear-se, preferencialmente, nas seguintes fontes de informações:

- a) pesquisa de mercado;
- b) pesquisas e cálculos calcados em registros internos da entidade;
- c) índices de preços publicados.

A pesquisa de mercado seria a forma ideal para imple mentação do método. Todavia, pressupõe que: 1) o mercado exis ta; 2) o mercado seja livre; 3) o mercado seja competitivo; 4) o mercado seja ativo.

A primeira condição, por exemplo, poderá deixar de ser atendida na hipótese de ativos fabricados sob encomenda, ou que obedeçam a especificações técnicas rigorosas, ou mesmo que estejam sujeitos a mudanças tecnológicas.

Nos casos de matérias-primas ou produtos industrializados em série, não é difícil a obtenção de preços de mercado. Na hipótese de estoques de produtos em fase de fabricação, ou produtos acabados, o preço de mercado seria obtido pelo cômputo dos insumos e mão-de-obra utilizados em sua formação. No caso destes insumos serem constituídos, em parte, por depreciação, é necessário conhecer o custo de reposição dos bens depreciáveis, caso em que a pesquisa direta de mercado poderá ser difícil e inadequada, tendo em vista principalmente o progresso técnico verificado na produção de tais bens, ou a inexistência de mercado para os mesmos; nesse caso, o recurso a índices de preços específicos seria um substituto razoável para a pesquisa de mercado.

A segunda condição, de que o mercado seja livre, pressupõe que nenhuma força ou fator possam alterar o livre funcionamento da oferta e da procura.

A condição de que seja competitivo pressupõe a existência de concorrência, e portanto a inexistência de domínio total ou parcial de mercado por monopólios, oligopólios e monopsonios.

Finalmente, o mercado deve ser ativo, isto é, a frequência de suas operações será acentuada e marcante.

Outra fonte de informação para entidade que pretenda adotar o método do custo de reposição dá-se com base em índices de preços elaborados internamente, isto é, calcados em dados de seu próprio desempenho ou de sua própria experiência. A desvantagem que estes índices poderiam apresentar está relacionada à provável discrepância, ou não uniformidade, em relação a outras entidades congêneres.

Uma terceira fonte poderia ser a utilização de índices de preços publicados; instituições especializadas, algumas oficiais, outras acadêmicas, elaboram, geralmente com periodici-



cidade mensal, índices de preços confiáveis para os principais mercados. No Brasil, a instituição mais tradicional nesse sentido é a Fundação Getúlio Vargas, que publica mensalmente tais índices na revista "Conjuntura Econômica", sendo de se salientar que o próprio governo do Brasil se utiliza dos índices da aludida Fundação para muitas de suas decisões.

Resumindo, o método de custo de reposição ou de custos correntes apresenta uma vantagem muito grande, que é a de expressar os saldos das contas de balanço em valores atualizados segundo o mercado, e expressar o demonstrativo de resultados com a separação feita entre resultado operacional e resultado especulativo, ou ganho ou perda com a manutenção de ativos. Parece ser o método ideal para o objetivo de continuidade da entidade, mas é adequado apenas às situações de variações específicas de preços, sendo impróprio para as situações em que ocorram variações gerais de preços, hipótese em que o método mais adequado seria o de Custo Corrigido, ou Contabilidade a Nível Geral de Preços.

#### 5.2.2 - Uma variação do método do Custo de Reposição: A Reavaliação de Ativos

Uma alternativa à reavaliação sistemática e global preconizada pelo método do custo de reposição, é a fórmula conhecida como "Reavaliação de Ativos". A diferença apresentada pelo último é que, no caso, as reavaliações são periódicas e parciais, tendo em vista um objetivo específico ou uma situação especial.

Consiste geralmente em se avaliar a valores de mercado, ou a valores que se aproximem dos de mercado, determinados ativos que figuram na contabilidade por valores históricos.

Tais procedimentos, como quase todas as alterações ou definições de modos de agir na contabilidade, têm sido no Brasil resultantes quase sempre de imposições ou permissões fiscais, em lugar de terem como objetivo a produção de demonstrativos contábeis mais corretos.



Uma diferença em relação ao método do custo de reposição, é que a Reavaliação de Ativos geralmente considera valor de saída, em lugar de valor de entrada.

A sua utilização, na prática, tem objetivado principalmente a geração de demonstrativos adequados à obtenção, pela entidade, de recursos próprios ou de terceiros, ou seja, apresentação de demonstrativos às fontes de financiamento, embora a origem de tais reavaliações se encontre quase sempre na legislação fiscal.

Geralmente as disposições fiscais que tratam de reavaliações determinam que o resultado da reavaliação não seja distribuível, nem tributável pelo imposto de renda; outras vezes, a tributação e a distribuição ficam postergadas até a realização.

### 5.3 - Método do Custo Corrigido

Este método, também conhecido como método de Contabilidade a Nível Geral de Preços, e que será tratado mais pormenorizadamente no capítulo seguinte, consiste em expressar todos os saldos e transações de uma entidade a um mesmo nível de poder aquisitivo da moeda. O seu objetivo é, pois, expurgar dos demonstrativos contábeis o efeito das flutuações de preços; no caso brasileiro, em que tais flutuações ocorrem de forma persistente num só sentido, caracterizando o fenômeno conhecido como inflação, o método tem por objetivo neutralizar os efeitos de tal fenômeno.

No Brasil, o método de correção monetária hoje vigente, não constitui ainda uma aplicação pura da Contabilidade a Nível de Preços, e o assunto será tratado em capítulo posterior.

## 6. A CONTABILIDADE A NÍVEL GERAL DE PREÇOS

### 6.1 - Considerações Gerais

A contabilidade a nível geral de preços tem como objetivo expressar os demonstrativos financeiros expurgados dos efeitos das variações de preços.

A abordagem teórica da contabilidade a nível geral de preços conta, dentre outras, com valiosas contribuições feitas em estudos realizados por Chambers, em 1961, e por Gynther em 1966 (citados por HENDRIKSEN, obra citada, página 225).

Em resumo, o método de contabilidade a nível de preços consiste em expressar todos os itens não monetários do balanço, corrigido por um índice de preços que traduza a variação geral de preços em determinado período; os itens monetários, por já estarem expressos em moeda na qual são realizáveis, não são objeto de correção.

Assim, o custo histórico ou custo de aquisição de um ativo, permanente ou circulante, é atualizado em seu valor, à data do demonstrativo, segundo a taxa de variação de preços verificado, no período, em dada economia. É, pois, um método que visa simplesmente à atualização de valores não monetários expressos nos demonstrativos. Saliente-se que o método, teoricamente, tem a pretensão de ser completo, isto é, abranger todo o efeito, inflacionário ou deflacionário, que possa se refletir numa entidade, ao contrário de alguns métodos, inclusive o método oficial de correção monetária adotado no Brasil, em que tais efeitos não se refletem integralmente nos demonstrativos.

### 6.2 - A escolha do índice de preços

Como se trata de um método que baseia a expressão dos demonstrativos contábeis no nível geral de preços, é obvio que o índice de preços tem que ser geral.

Embora se reconheça que os efeitos das variações de preços são quase sempre diferentes de uma para outra entidade, quer em função dos insumos que utilize, quer em virtude da própria região em que se localize, para efeitos práticos é conveniente a adoção de um único índice geral, que meça as variações no poder de compra na economia. Um problema que pode afetar a escolha do índice, diz respeito a qual poder de compra deva ser preservado; se da entidade, se dos seus participantes, como sócios, acionistas ou mesmo credores.

Parece que o melhor índice deverá ser aquele mais geral possível, ou seja, a média ponderada de variações de preços de todos os bens e serviços da economia. Nesse sentido, e como exemplo, poderiam ser hierarquizados os seguintes índices:

- 1º - Deflator Implícito do Produto Nacional Bruto;
- 2º - Índice de Preços Por Atacado
- 3º - Índices de Custo de Vida

No Brasil, diversas entidades elaboram e publicam índices de preços apurados segundo metodologia científica rigorosa, como: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Governos Estaduais, Institutos de Economia ligados a Universidades, Organizações Sindicais.

### 6.3 - Operacionalidade do Método

Como já foi consignado, deverão ser objeto de correção apenas os itens não monetários; os ativos e passivos monetários, por já estarem expressos em poder aquisitivo corrente, permanecem nos demonstrativos pelos respectivos valores nominais.

É, pois, imprescindível, a segregação de valores monetários, como Disponível, Contas a Receber, Fornecedores e outros, dos itens não Monetários, como Permanente, Inventários, Diferido, Investimentos e Outros.

Quanto às técnicas de correção, podem ser resumidas sob dois aspectos temporais:

- a) Correção Periódica;
- b) Correção Permanente.

### Correção Periódica

Grande parte dos autores recomenda que os demonstrativos contábeis expressem as variações de preços à data em que forem elaborados, geralmente por ocasião de levantamentos de balanço para fins societários ou fiscais, com periodicidade quase sempre anual e excepcionalmente semestral.

O processo de correção consistiria, então, em se aplicar aos valores históricos o indicador que refletisse a variação geral de preços ocorrida entre a data da transação e a data da correção. Na prática, tal processo tem sido, realmente, o mais utilizado.

A periodicidade da correção vincula-se, dessa forma, à periodicidade de emissão de demonstrativos contábeis.

Consigne-se, porém, que seja qual for a técnica escolhida, de correção periódica ou permanente, os efeitos a serem refletidos nos demonstrativos deverão ser os mesmos.

### Correção Permanente

Outra forma de correção consistiria em expressar imediatamente em índice de preço (ou alternativamente, em moeda estrangeira estável) todas as transações e atos realizados pela entidade.

Na prática, a inconveniência de se tornar necessária a existência de duas contabilidades, uma em moeda nacional, instável, outra em índice de preços, poderia ser contornada com a tradução dos valores feitos em forma global mas em períodos curtos, como dias, ou meses. Essa alternativa, embora pudesse ser considerada como correção periódica, teria os efeitos práticos de uma correção permanente.

A correção permanente, por traduzir em moeda estável to das as transações da entidade, no momento em que ocorrem, tem a vantagem de poder expressar, a qualquer momento, a situação e o desempenho da entidade em termos corrigidos.

Outro aspecto positivo da correção permanente é a possibilidade de se permitir o cálculo imediato dos resultados de manutenção de itens monetários; a qualquer momento, por meio de um levantamento quantitativo, poder-se-á estabelecer a diferença entre a expressão corrigida e não corrigida de itens monetários, e a determinação de ganho ou perda em sua manutenção.

Um terceiro aspecto que diferencia as duas técnicas é que a correção periódica exige a contabilização em separado dos efeitos das variações de preços, enquanto a correção permanente já é feita em termos de moeda estável, e os efeitos das variações são obtidos pelo confronto entre os dados contabilizados em índice de preços e aqueles traduzidos em moeda corrente.

## 7. O INSTITUTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA NO BRASIL

### 7.1 - Considerações Gerais

Os procedimentos contábeis no sentido de corrigir valores históricos, constituem prática já antiga na legislação brasileira.

O objetivo de tais correções não era, inicialmente, o cálculo do lucro real que iria servir de base para distribuições ou para tributação, nem mesmo a produção de demonstrativos contábeis fiéis à realidade econômica; como existia, desde 1944, um imposto adicional de renda, também conhecido como imposto sobre lucros extraordinários, em que a base para seu cálculo era a relação entre lucro e capital da empresa, as primeiras correções de ativos, também impropriamente chamadas de reavaliações, tinham por escopo corrigir o valor do capital que, em termos nominais, com o decurso do tempo tornava-se, em virtude da inflação, sem grande significação, uma vez que era contabilizado por valores históricos.

Dessa forma, a legislação tributária permitia a correção do ativo imobilizado, e o produto dessa correção destinava-se a aumento de capital, o que viria a tornar menor, no futuro, a relação lucro/capital, e conseqüentemente reduzida a base de cálculo do imposto adicional de renda. Não se permitia, porém, a contabilização da depreciação sobre o valor corrigido dos bens do ativo, para efeito de apuração do lucro operacional, e do lucro que serviria de base para a tributação normal do imposto de renda.

A seguir, é feito um breve resumo histórico da Correção Monetária no Brasil, que se desenvolveu, como já se salientou alhures, quase sempre por influência tributária.

## 7.2 - Resumo histórico da Correção Monetária no Brasil

Embora se tenha notícia de que a inflação no Brasil é um fenômeno bastante antigo, as primeiras medidas de defesa contra tal fenômeno, ou tendentes a neutralizar os seus efeitos, são relativamente recentes.

Isso parece ter sido consequência dos níveis bastante elevados de inflação que passaram a se verificar no país, no período de pós-guerra.

O sistema brasileiro de correção monetária se desenvolveu gradualmente, de mecanismos parciais para outros mais completos, podendo-se considerar o modelo hoje vigente, pelo menos em seus efeitos, como uma boa aproximação daqueles obtidos por uma contabilidade a nível de preços.

E de se consignar que a maior parte dos dispositivos que objetivavam neutralizar ou amenizar os efeitos da inflação tiveram como origem leis de natureza tributária, como tradicionalmente tem acontecido com quase todos os procedimentos contábeis adotados no país. Esse estado de coisas reflete o fato, verificado no Brasil, de que a maior parte dos profissionais da área de contabilidade, auditoria e controladoria, tanto práticos como teóricos, ao agirem por meio de seus órgãos associativos ou institutos profissionais, têm se preocupado muito mais em criar e manter privilégios de classe ou definir atribuições privativas da categoria profissional, do que propiciar o desenvolvimento científico, objetivando o progresso da Teoria Contábil e a melhora na qualidade dos respectivos procedimentos.

A legislação comercial vigente até 1977, ou seja, o Código Comercial, a Lei das Sociedades por Ações e outros dispositivos, embora tratassem superficialmente de procedimentos contábeis, nada consignavam a respeito do assunto variações de preços.

Foi a legislação tributária que instituiu e permitiu o desenvolvimento do conceito de Correção Monetária.



Durante os anos de 1944, 1951 e 1956 foi permitida, pela legislação fiscal, a atualização do valor do ativo imobilizado das pessoas jurídicas, de forma excepcional e dentro de certos limites, e sempre com objetivos combinados de corrigir distorções nos demonstrativos financeiros e na base de cálculo de impostos, propiciando ao mesmo tempo, com base no valor da atualização, acréscimos na arrecadação de tributos.

O Decreto-lei nº 5.844, de 23/9/43, com vigência a partir de 1/1/44 dispunha (art. 43 § 1º alínea "h") que seria adicionado ao lucro real, para efeito de tributação, o valor correspondente ao aumento do valor do ativo em virtude de novas avaliações; é o primeiro dispositivo de que se tem notícia, possibilitando, embora com pagamento de imposto, a reavaliação de ativos.

Por meio da Lei nº 1.474, de 26/11/51, era permitida a correção monetária do ativo imobilizado, segundo coeficientes estabelecidos pelo Governo em função da depreciação da moeda, índices esses, na prática, sempre fixados em níveis inferiores ao da inflação real. Segundo a citada Lei, poderiam ser reavaliados bens do Ativo Imobilizado adquiridos até 31/12/46, estando o produto da correção monetária sujeito a um imposto de renda de 10%.

A Lei nº 1.772, de 18/12/52, prorrogou até 30/6/53 o prazo de vigência da Lei nº 1.474/51.

A lei nº 2.862, de 4/9/56, permitiu a elevação do capital de empresas, mediante reavaliação do Ativo Imobilizado adquirido até 31/12/50, também segundo coeficientes fixados pelo Governo e mediante pagamento de imposto de renda calculado à razão de 10% sobre o produto da correção.

Tais medidas eram parciais e transitórias; a correção só se aplicava, uma vez, a bens do ativo imobilizado, calculada sempre em bases bem inferiores à real depreciação no valor da moeda, e tinham por objetivo, embora não declarado, muito mais obter acréscimos de arrecadação de imposto de renda do que conseguir relevância nos demonstrativos contábeis. Eram também normas impostas de cima para baixo, que nasciam não do consenso de interessados, como as empresas, contadores, entidades em geral, investidores, mas eram geradas a nível de

legislação, como a maior parte das normas que estabelecem procedimentos contábeis, no Brasil. Refletiam, assim, a mentalidade de que a contabilidade existia quase que exclusivamente para atender às exigências do fisco, salvo nas grandes empresas, onde era necessária uma segunda contabilidade, consentânea com a realidade econômica, que servisse como instrumento para tomada de decisões.

Pela Lei nº 3.470, de 28/11/58, foi instituída em caráter permanente a correção monetária do Ativo Imobilizado, também com tributação de 10% sobre o valor da correção.

Um grande passo no sentido de uma correção monetária mais geral, e permanente, dos valores que integram o ativo das entidades, e que afetam a elaboração de demonstrativos contábeis, deu-se por meio da Lei nº 4.357, de 16/7/64.

A referida Lei, embora também tivesse por escopo a obtenção de recursos adicionais não inflacionários para a cobertura do déficit fiscal da União (o resultado da Correção Monetária estava sujeito a um imposto de renda de 5%, abolido a partir de 1/1/67), tinha também outros objetivos não menos importantes, em virtude da grande alteração institucional ocorrida em março de 1964, como estimular a formação de poupanças individuais, combater a inflação, evitar tributação sobre lucros ilusórios, estimular a capitalização das empresas, aprimorar a sistemática de cobrança do imposto de renda, instituir indexação sobre débitos fiscais e dar início, assim, a um mecanismo de correção monetária mais completo e permanente, com vistas a neutralizar ou amenizar os efeitos da inflação.

O efeito da correção monetária calculada sobre os valores do ativo imobilizado das empresas poderia, pela primeira vez, refletir-se nos custos, via depreciação sobre valores corrigidos de ativos depreciables. Todavia, essa Lei apenas reconhecia o efeito da inflação sobre o valor do capital de trabalho, ou capital de giro, para fins de cálculo do Imposto Adicional de Renda, ou imposto sobre lucros extraordinários, não permitindo, porém, considerar tal efeito para fim de reduzir o imposto que incidisse sobre os lucros.

Por meio das Leis nº 4.663 e 4.862, de 1965, que estabeleciam estímulos de natureza fiscal às empresas que colaborassem com a política governamental contra a inflação, efetuando reajustes de preços em níveis mínimos e ao mesmo tempo objetivando aumento de produtividade, é que a legislação fiscal passou a admitir o reconhecimento da inflação sobre o capital de giro, para efeito de pagamento do imposto devido sobre os lucros; todavia, a sistemática de correção monetária então implantada não era integrada e harmônica, a nível de empresa ou entidade.

Em 1966, o Decreto-lei nº 62 instituiu um sistema mais completo e geral de indexação; ao mesmo tempo em que preceituava que a parcela de lucro atribuída à inflação não seria objeto de tributação pelo imposto de renda, estabelecia normas para correção monetária do balanço das empresas, no sentido de permitir a correção das contas do patrimônio líquido e do ativo imobilizado, com base nos índices mensais de preços declarados pelo então existente Conselho Nacional de Economia. Tal Decreto-lei, ao mesmo tempo em que aperfeiçoava a sistemática da correção monetária, ao permitir correção monetária do capital de giro, implicitamente admitida em virtude da correção simultânea do ativo imobilizado e do patrimônio líquido, revogava também diversos dispositivos da legislação então vigente, como a cobrança de imposto de renda sobre os efeitos da inflação, e introduzia outras normas que poderiam ser consideradas revolucionárias em termos de procedimentos contábeis.

Assim, por exemplo, a obrigatoriedade, para empresas que efetuassem vendas a prestações ou para pagamento em prazo superior a 60 dias, de destacarem na sua contabilidade o valor das receitas financeiras separadamente do preço de venda dos bens ou serviços, constituía uma inovação importantíssima.

A relevância teórica de tal exigência seria manifestada através de demonstrativos contábeis de melhor qualidade, ao instituir o princípio ou critério de valor atual para apreamento de ativos realizáveis a prazo.

Talvez por se temer que a aplicação dos dispositivos do referido Decreto-lei nº 62/66 viesse a provocar reduções substanciais na arrecadação do imposto de renda, o mesmo, que não era auto-aplicável, nunca chegou a ser regulamentado. Sua filosofia e suas diretrizes, todavia, em grande parte vieram a ser assimiladas pela legislação hoje vigente, relativa à Correção Monetária, e só implantada mais de dez anos depois.

Em 1968 o Decreto-lei nº 401 permitiu que as pessoas jurídicas reduzissem do lucro tributável o montante correspondente à manutenção do capital de giro, sem condicionar tal abatimento quer a comportamento de preços, quer à obtenção de determinados índices de produtividade. Todavia, o montante da manutenção não poderia representar redução superior a 20% do lucro tributável.

Em 1973, o Decreto-lei nº 1.302 apresentava mais um aperfeiçoamento na sistemática da Correção Monetária; ao mesmo tempo em que suprimia a limitação de 20% na dedução da manutenção do capital de giro da empresa, admitindo então que o total da referida manutenção pudesse ser descontado do lucro tributável, objetivou também ao aperfeiçoamento da sistemática de indexação. Até então, a correção monetária do ativo imobilizado não caminhava passo a passo com a da provisão para depreciação. O ativo imobilizado era corrigido com a aplicação do coeficiente relativo ao ano da respectiva aquisição, enquanto a provisão era corrigida por coeficiente relativo ao ano da respectiva constituição. Como a constituição da provisão era, contabilmente, posterior à data da aquisição do bem, a aplicação de um índice de correção mais baixo à provisão e mais alto ao valor do bem provocava uma defasagem que se acentuava com o decurso do tempo. Ao fim do prazo de vida útil contábil do bem depreciable, tal bem já estaria totalmente depreciado, mas continuaria a ser corrigido monetariamente enquanto existisse fisicamente. O Decreto-lei nº 1.302 estabeleceu então a mecânica para que o ativo e a respectiva depreciação passassem a ser corrigidos pelos mesmos coeficientes, e permitiu inclusive que a defasagem existente fosse corrigida.

O Decreto-lei nº 1.338, de 1974, foi mais além no intuito de aperfeiçoar a sistemática de correção monetária; até então o conceito de "capital de giro próprio" era o resultante da soma algébrica de: Ativo Disponível + Ativo Realizável - Passivo Exigível. Todavia, quando o resultado fosse negativo, em virtude do valor do Passivo Exigível superar a soma dos Ativos Disponível e Realizável, nenhuma consequência resultava desse fato. O Decreto-lei nº 1.338 reformulou o conceito de capital de giro próprio, ao estabelecer que a sua determinação resultasse da subtração: Patrimônio Líquido, menos Ativo Imobilizado. Embora aritmeticamente os dois conceitos sejam equivalentes, a definição introduzida pelo Decreto-lei nº 1.338 permitiu a caracterização do capital de giro próprio negativo, conceito esse antes inexistente para efeitos tributários. O capital de giro negativo que ocorre quando o valor do Ativo Imobilizado é maior que o valor do Patrimônio Líquido, reflete um ganho teórico com a inflação, quando a entidade opera com recursos de terceiros, não indexáveis.

A grande inovação, no tocante à correção monetária, foi aquela introduzida pela Lei nº 6.404, de 1976, conhecida como Nova Lei das Sociedades por Ações, em seu artigo 185 e parágrafos, complementada por legislação fiscal centrada, principalmente, no Decreto-lei nº 1.598, de 1977.

Os comentários a respeito da legislação acima citada, e ainda hoje vigente, serão feitos a seguir.

### 7.3 - Situação atual da Correção Monetária, no Brasil

Prosseguindo na tradição brasileira de que princípios e normas contábeis têm origem na Lei, ao contrário do que ocorre em países mais desenvolvidos, onde os hábitos, costumes e procedimentos antes adotados na prática é que passam a constituir normas ou Leis, o instituto da Correção Monetária, em seu modelo hoje existente, foi instituído pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976.



A referida Lei, além de dispor sobre a indexação de preços que deverá refletir-se em demonstrativos financeiros, introduziu outras inovações importantes que afetam a área da Contabilidade, quer estabelecendo que a escrituração da entidade deverá ser mantida em registros permanentes com obediência a preceitos da legislação comercial (incluindo aos da própria Lei), e aos princípios contábeis geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo, e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

Além dos dispositivos sobre a Correção Monetária de itens do Balanço, a referida Lei contém normas estabelecendo critérios para avaliação de estoques e permitindo, também, a reavaliação de ativos.

Consigne-se, de início, que o sistema introduzido pela Lei corrige apenas itens que representam parte dos estoques (itens do Balanço, ou seja, o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido), e não corrige itens que representam fluxos (receitas, despesas, custos). Embora esse enfoque adotado pela Lei possa, à luz da Teoria Contábil, ser criticado, por não existir correção integral ou completa segundo os princípios da Contabilidade a Nível de Preços, todo o efeito econômico das variações de preços e refletidas no Balanço acabam consideradas como resultado, sanando assim em parte a deficiência do método.

A esse respeito, Eliseu Martins (1) se manifesta:

".... a Lei corrige o efeito da inflação sobre os Ativos Monetários e sobre os Passivos Monetários. Talvez a técnica utilizada pela Lei não deixe isso transparecer à primeira vista". Mas, em compensação, conseguiu o legislador uma forma bastante simples de contabilização que chega ao resultado correto." E concluindo, diz: "A Nova Lei das S.A. ado

---

(1) MARTINS, ELIZEU - "O Porquê da Correção Monetária do Lucro na Nova Lei das S.A." - in Revista Brasileira de Contabilidade, nº 22, julho/setembro de 1977, página 61.

ta um conceito de Resultado corrigido pela inflação que nada mais representa do que a medida de quanto aumentou ou diminuiu o Patrimônio Líquido durante um período, fazendo a comparação entre os valores de fim e de início desse período, desde que o inicial esteja atualizado para a moeda de poder aquisitivo do fim. Corresponde ao conceito de lucro como parcela que pode ser distribuída para se ter, no fim, o que se tinha no início. A técnica utilizada está correta".

Outro aspecto a salientar na nova Lei é o que diz respeito à possibilidade de reavaliação, segundo o conceito de "valor de mercado".

O conceito de "reavaliação" não se confunde com o de "correção monetária"; reavaliar um ativo é expressá-lo, nos demonstrativos contábeis, pelo seu valor de mercado, que poderá ser superior ou inferior ao seu custo histórico. Correção Monetária de um ativo é a reexpressão do valor do mesmo, nos demonstrativos contábeis, em função das variações no valor aquisitivo ou no poder de compra da moeda.

A mencionada Lei nº 6.404/76 (art. 183, § 1º, alíneas "a", "b" e "c", definiu o que seja "valor de mercado", como sendo:

"Considera-se valor de mercado:

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização, mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;

c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros".

Assim, combinando-se a possibilidade de se efetuar "Reavaliação", para ajustar o valor de um bem ao valor de mercado, com a possibilidade de se efetuar "Correção Monetária", para se expressar nos demonstrativos financeiros as variações de preços decorrentes de alterações no nível geral de preços, chega-se a um nível em que tais demonstrativos



passam a expressar, com bastante fidelidade, as condições que se verificam no mundo real.

Do ponto de vista teórico, essa combinação de "Correção Monetária" e de "Reavaliação" permite a geração de demonstrativos contábeis que expressem as variações de preços provocadas por causas monetárias e por causas estruturais, sendo assim possível segregar resultados operacionais, resultados inflacionários e resultados com manutenção de estoques.

### 7.3.1 - A Correção Monetária na Lei Comercial

Como já foi consignado, o assunto é tratado no artigo 185 da Lei nº 6.404/76.

A cabeça do artigo dispõe que "nas demonstrações financeiras deverão ser considerados os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício".

Se a Lei houvesse se limitado a essa redação, poder-se-ia afirmar que se estaria bem próximo do método da Contabilidade a Nível de Preços. Todavia, em seus parágrafos 1º, 2º e 3º, consigna disposições que dificultam ou mesmo impedem a adoção de uma contabilidade integral a nível de preços.

Dispõe o § 1º do citado artigo 185 que serão corrigidos, com base nos índices de desvalorização da moeda nacional reconhecidos pelas autoridades federais:

a) o custo de aquisição dos elementos do ativo permanente, inclusive recursos aplicados no ativo diferido, os saldos das contas de depreciação, amortização e exaustão, e as provisões para perdas;

b) os saldos das contas do patrimônio líquido,

Dessa forma, a Lei está excluindo da correção itens importantes do ativo, como inventários, bem como itens que constituem fluxos, como receitas, despesas, custos.

A disposição do § 2º do citado artigo, por ser meramente procedimental ou indicativa de modo de fazer, poderia ser deixada para nível hierárquico menos elevado na legislação, como Decreto.

### 7.3.2 - A Correção Monetária na Legislação Tributária

A implementação da norma contida na Lei 6.404/76 sobre correção monetária ocorreu também por norma legal, mas de natureza tributária: O Decreto-lei nº 1.598, de 26/12/77, foi editado com a justificativa de adaptar a legislação do imposto de renda às inovações da Lei de Sociedades por Ações. Tal norma, na prática, restringiu ainda mais a possibilidade de adoção de uma contabilidade a nível de preços.

Observe-se que o referido Decreto-lei, que, hierarquicamente está no mesmo nível da Lei nº 6.404/76, e que poderia tê-la aperfeiçoado, limitou-se a obedecer e a detalhar os procedimentos determinados pelos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 185 da Lei.

Ao eleger as variações das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) como índice de preços para se processar a correção monetária, impede que as demonstrações financeiras expressem integralmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, pois é notoriamente sabido que o valor de uma ORTN é fixado em níveis geralmente inferiores ao da inflação verificada na economia.

A Lei fiscal estendeu a todas as empresas a obrigação de efetuar correção monetária, desde que sejam tributadas com base no lucro real. A Lei das Sociedades por Ações, obviamente, só é aplicável às empresas organizadas sob a forma de Sociedades Anônimas, ou Companhias.

O mencionado Decreto-lei nº 1.598/77, levando em conta distorções existentes no anterior modelo de correção monetária, determinou um ajuste para possibilitar a transição do antigo para o novo regime, assunto denominado "Correção especial do imobilizado em 1978", e tratado em seu artigo 55.

Lê-se no item 7 da Exposição de Motivos ao Decreto-lei nº 1.598/77 que:

"A lei de sociedades por ações seguiu a orientação de manter separação nítida entre a escrituração comercial e fiscal, porque as informações sobre a posição e os resultados

financeiros das sociedades são reguladas na lei comercial com objetivos diversos dos que orientam a legislação tributária, e a apuração de resultados e as demonstrações financeiras exigidas pela lei comercial não devem ser distorcidas em razão de conveniências da legislação tributária".

O Decreto-lei nº 1.598/77 assegurou essa distinção, mediante a criação do livro auxiliar de apuração do lucro real.

### 7.3.3 - A integração da lei fiscal com a lei comercial

O Decreto-lei nº 1.598/77, implementando a Lei nº 6.404 de 1976, adotou a correção cumulativa, feita através da aplicação do índice que reflete as variações no valor de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional, sobre o valor de cada conta, sujeita à correção, existente no início de um período. Tal correção compreende a atualização do saldo de abertura e das mutações ocorridas no período, e aplica-se a todas as entidades que apurem lucro real para efeito de imposto de renda.

A sistemática consiste em se corrigir, de um lado, o custo de aquisição dos elementos do ativo permanente, inclusive recursos aplicados no ativo diferido, bem como os saldos das contas retificadoras de ativo, como depreciação, amortização e exaustão, e provisões para perdas; de outro lado, são corrigidos os saldos das contas do patrimônio líquido.

As contrapartidas dos ajustes de correção monetária serão registradas em conta cujo saldo será computado no resultado do exercício.

Assim, a correção dos efeitos da inflação sobre os resultados do exercício é calculada computando-se, na apuração do lucro, o saldo da conta de correção monetária, saldo devedor ou saldo credor.

Se devedor o saldo, elimina dos resultados o lucro contábil fictício ou ilusório, resultante do fato de manter, a entidade, em moeda de poder de compra constante, o capital próprio.

Se credor o saldo, apresenta dois aspectos:

a) compensa a atualização do capital de terceiros que financia parte do ativo permanente, se tal capital de terceiros for contratualmente corrigível ou indexável;

b) registra lucro decorrente da inflação, no caso de ter havido financiamento do ativo permanente com capital de terceiros sem qualquer indexação, ou com atualização feita à taxa inferior àquela utilizada para corrigir o ativo permanente.

O Decreto-lei nº 1.598/77 estabeleceu dois métodos de correção:

1) "Correção Direta dos Saldos das Contas", que consiste na aplicação, sobre os valores a corrigir existentes na escrituração, de coeficientes de correção vigentes para o mês de elaboração do demonstrativo;

2) "Correção Mediante Razão Auxiliar em ORTN", que consiste em se escriturar as contas sujeitas a correção, não em moeda nacional, mas adotando-se como unidade de conta o valor nominal de uma ORTN.

Observe-se que os métodos acima referidos guardam semelhança, respectivamente, com as técnicas de correção periódica e de correção permanente, tratadas na página 80.

As instruções detalhadas de como operar a correção monetária foram objeto das Instruções Normativas do SRF, de nº 35, de 24/7/78, e de nº 71, de 29/12/78.

Consigne-se ainda que embora a Lei nº 6.404/76 dê outra classificação contábil, no realizável a longo prazo (portanto não corrigível), o Decreto-lei nº 1.598/77, com a alteração in introduzida pelo Decreto-lei nº 1.648/78, admite a correção monetária do valor de imóveis destinados à venda, à opção da en tidade proprietária. Tal assunto foi detalhado por meio da Instrução Normativa - SRF - nº 84/79.

Segundo definição do art. 179 da Lei nº 6.404/76, o Ativo Permanente sujeito à correção monetária compreende: Investi mentos, Ativo Imobilizado, e Ativo Diferido.

Como Investimentos são considerados os valores de aplicações em participações societárias permanentes, e direitos de qualquer natureza que não se destinem à manutenção da atividade da empresa, e não possa ser classificado no ativo circulante.

No Ativo Imobilizado incluem-se as aplicações em bens destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os direitos de propriedade industrial ou comercial.

No Ativo Diferido incluem-se os saldos das contas que representam aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício, tais como as despesas da entidade em sua fase pré-operacional, as despesas com pesquisas, reorganização, planejamento e outras.

Com sinal inverso, ou subtrativamente, deverão ser consideradas as contas retificativas do Ativo Permanente, como depreciação, amortização, exaustão e provisões para perdas prováveis na realização de ativos.

O Patrimônio Líquido sujeito à correção compreende:

- Capital Social
- Reservas de Capital
- Reservas de Reavaliação
- Reservas de Lucros
- Lucros ou Prejuízos Acumulados

Da conta de Capital Social, que representa o capital subscrito da entidade, deverá ser deduzida a parcela correspondente ao capital não realizado.

O montante relativo à correção monetária das contas do patrimônio líquido, assim como das contas do ativo permanente, deverá ser acrescido aos respectivos saldos; a única exceção, no caso, é a relativa à correção monetária do capital realizado, que constituirá reserva de capital.

Devem ser incluídas como Reservas de Capital, além da conta que registre o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não capitalizado, também as con-

tas que representem: o ágio cobrado pela entidade na emissão de ações ou debêntures; o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição; e doações e subvenções para investimentos.

Como Reservas de Reavaliação, são consideradas as contas que registram a contrapartida do aumento de valor de elementos do ativo permanente, em virtude de novas avaliações. Tais valores somente serão tratados como lucros após a realização, para efeito de distribuição (dividendos, participações) ou de pagamento de imposto de renda, entendendo-se como realização as reduções do valor do ativo mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa por perecimento.

Como Reservas de Lucros são consideradas as contas originadas por apropriação de lucros da entidade, tais como: Reserva Legal, Reserva Estatutária, Reserva para Contingências, e Reserva de Lucros a Realizar, cuja função é explicada nos artigos 193 a 197 da Lei 6.404/76 referida.

Incluem-se também no Patrimônio Líquido as contas de natureza devedora, retificadoras de contas passivas, como prejuízos acumulados, e ações em tesouraria.

O saldo da conta de Correção Monetária, que registra as contrapartidas da correção das contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido será computado no resultado do exercício: se devedor, tal saldo representa uma perda e reduzirá o resultado; se credor, representa um ganho e aumentará o resultado.

Todavia, quando o saldo é credor, embora economicamente represente um ganho, em termos financeiros pode não ter sido realizado. Por isso, tanto a lei comercial como a lei fiscal admitem a postergação no reconhecimento contábil do ganho resultante da inflação, embora não exista um paralelismo perfeito nas formas de tratamento dessa postergação, que na lei comercial ocorre pela constituição da "Reserva de Lucros a Realizar", e na lei fiscal por meio da constituição, extra-contábil, do "Lucro Inflacionário".



Como já foi salientado antes, a lei fiscal (Decreto-lei nº 1.598/77) implementou o disposto no § 2º do art. 177 da Lei nº 6.404/76, ao dispor que fosse separado da contabilidade financeira o controle necessário à apuração do lucro que deve servir de base de cálculo do imposto de renda, denominado lucro real. Para esse fim a lei fiscal criou um livro, de controle extra-contábil, denominado LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real.

O "Lucro Inflacionário", que é o conceito fiscal paralelo ao conceito contábil de "Reserva de Lucro a Realizar", é apurado através do LALUR.

A seguir são explicados, resumidamente, os conceitos contábil e fiscal, respectivamente, de Reserva de Lucros a Realizar, e do Lucro Inflacionário.

a) Lucros a Realizar - Conceito Contábil

Com o objetivo de evitar distribuições, principalmente de dividendos, quando não existem recursos financeiros, o artigo 197 da Lei nº 6.404/76 admitiu que alguns tipos de ganhos, embora reconhecidos economicamente, sejam contabilizados como "Reservas" e tenham postergada a sua inclusão na base de cálculo para distribuições, até que ocorra a realização financeira. Assim, considera como "Lucros a Realizar" os ganhos representados por:

- saldo credor da conta de correção monetária;
- ganho representado pelo aumento de valor do ativo referente a participações societárias cuja avaliação é feita pelo critério de patrimônio líquido;
- lucro em venda a prazo, realizável após o término do exercício seguinte.

A medida em que for ocorrendo a realização financeira de tais ganhos, devem os respectivos valores ser revertidos para Lucros ou Prejuízos Acumulados, uma vez que já foram, contabilmente, considerados como resultados à data de sua geração.



O saldo credor da conta de correção monetária, considera-se realizado quando da baixa dos ativos que foram corrigidos, inclusive por depreciação, amortização ou exaustão.

Os lucros a realizar, originados de aumento de valor do ativo referentes a participações acionárias avaliadas pelo patrimônio líquido, consideram-se realizados pelo recebimento de lucros ou dividendos, ou pela baixa do respectivo investimento, por liquidação ou alienação.

No caso de lucros sobre vendas a longo prazo, consideram-se realizados quando os valores a receber puderem ser classificados no ativo circulante.

Observe-se, finalmente, que como o saldo da conta de "Reservas de lucros a Realizar" representa um valor global, sem a discriminação das respectivas origens, e que a formação dessa Reserva, em cada exercício, só ocorre com o excesso que resultar após a apropriação dos lucros às contas de Reserva Legal, Reservas Estatutárias, Reservas para Contingências e Retenção de Lucros, havendo qualquer valor realizado, deverá ser feita a reversão até o valor do saldo existente.

#### b) Lucro Inflacionário - Conceito Fiscal

A filosofia que norteia a constituição do lucro inflacionário é a mesma que orientou a de lucros a realizar; só que o objetivo é evitar a tributação de lucros financeiramente ainda não realizados.

A entidade contribuinte do imposto de renda poderá, quando existir lucro inflacionário, tanto tributá-lo imediatamente e integralmente, como diferir a tributação da parcela considerada não realizada, até que ocorra a respectiva realização.

A lei fiscal considera lucro inflacionário, em cada exercício social, o saldo credor da conta de correção monetária, ajustado pela diminuição das variações monetárias e das correções monetárias pré-fixadas, computadas no lucro líquido do exercício. O ajuste será procedido mediante a dedução, do saldo credor da conta de correção monetária, de

montante correspondente à soma do valor das variações monetárias passivas que exceder ao das ativas, com o valor das despesas de correção monetária pré-fixada que exceder ao das receitas da mesma natureza.

Dispõe ainda a lei fiscal que o Lucro Inflacionário Acumulado é a soma do lucro inflacionário do exercício com o saldo do lucro inflacionário a tributar, transferido do exercício anterior.

Observe-se, porém, que o saldo do lucro inflacionário transferido do balanço anterior será corrigido monetariamente pelo mesmo índice de correção monetária dos valores do balanço, disposição essa com o objetivo de tornar a decisão de diferimento do lucro inflacionário, neutra do ponto de vista da economia de impostos. Na prática, tal objetivo de neutralidade acaba sendo prejudicado, em virtude dos índices de correção monetária oficial serem inferiores aos de variação geral de preços, o que acaba propiciando à entidade que decida diferir a tributação de lucros inflacionários um ganho real, ou uma economia de imposto.

O lucro inflacionário realizado em cada exercício será estimado com base no valor dos bens do ativo permanente que são baixados, das quotas de depreciação, amortização e exaustão computadas como custo ou despesa operacional do exercício, e dos lucros ou dividendos de participações societárias, contabilizadas como investimentos.

A lei fiscal estabeleceu uma fórmula para cálculo do lucro inflacionário realizado em cada exercício, e que consiste em:

a) determinar a relação percentual entre o lucro inflacionário acumulado e a soma dos seguintes valores: i) valor contábil do ativo permanente no início do exercício; ii) saldo de abertura no exercício das contas de estoque de imóveis, se o contribuinte tiver optado pela sua correção monetária, havendo a hipótese de imóveis destinados à venda.

b) determinar o valor do ativo realizado no exercício (ativo permanente, e imóveis destinados à venda), que consistirá na soma de: i) valor contábil dos bens do ativo permanente existentes no início do exercício e baixados no curso deste; ii) custo contábil dos imóveis destinados à venda existentes no início do exercício e baixados no curso deste; iii) quotas de depreciação, amortização e exaustão computadas como custo ou despesa operacional do exercício; iv) lucros ou dividendos recebidos no exercício, de participações societárias registradas como investimento, bem como baixa destas.

c) aplicação da relação de que trata a letra "a" anterior, sobre a soma apurada conforme letra "b" anterior, para obtenção do conceito de lucro inflacionário realizado.

O lucro inflacionário realizado em cada exercício é objeto de tributação, pelo imposto de renda, no exercício.

A conceituação acima, de lucro inflacionário realizado, também acaba propiciando às entidades que possuam ativo permanentemente não depreciable, como terrenos, por exemplo, a oportunidade de obter economia de imposto.

Tal economia de imposto seria obtida, no caso, por meio de "reavaliação" no custo contábil de terrenos, cuja contrapartida contábil seria a criação de "Reserva de Reavaliação". Como uma entidade com pretensão de continuidade provavelmente nunca aliene ou baixe contabilmente o valor do terreno, a tributação da reserva de reavaliação seria diferida para um futuro indefinido, tanto mais distante quanto for o objetivo de alienação do terreno. Como na relação calculada conforme letra "a" anterior o valor do denominador da relação estará majorado em virtude da reavaliação, a percentagem que definirá o lucro inflacionário realizado conseqüentemente será menor, propiciando assim uma redução na determinação do lucro real, ou do lucro sujeito à tributação, propiciando assim a economia de impostos ou evasão legal.

Vê-se, pois, que ao conceito contábil de lucros a realizar não corresponde, integralmente, o conceito fiscal de

lucro inflacionário. A lei comercial considera simplesmente o saldo credor da conta de correção monetária, com o que só haveria coincidência entre os dois conceitos na hipótese de não existirem os ajustes previstos na legislação tributária.

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER

## 8. CRÍTICAS AO MODELO DE CORREÇÃO MONETÁRIA OFICIAL DO BRASIL

Embora a sistemática implantada pela Lei nº 6.404/76 e Decreto-Lei nº 1.598/77 apresente-se bem mais completa e aperfeiçoada que a anterior, está longe, ainda, de atingir um nível que possa, do ponto de vista teórico, ser considerada ideal.

Não tem, este estudo, a pretensão de apresentar um modelo alternativo ao vigente hoje, mas sim o modesto objetivo de contribuir para uma melhor compreensão da sistemática existente, ao mesmo tempo em que, ao levantar alguns problemas e questões, criar condições para que os mesmos possam ser discutidos e o modelo vigente possa ser aperfeiçoado.

As principais críticas que podem ser levantadas a respeito da sistemática vigente podem ser resumidas nos seguintes itens:

- a) quanto à escolha do índice de correção;
- b) quanto ao universo das entidades a quem o modelo se aplica;
- c) quanto aos itens contábeis que devem ser indexados;
- d) quanto ao aspecto temporal, ou à periodicidade.

Relativamente ao índice eleito pela legislação para se efetuar a correção monetária, ou seja, aquele que mede a variação no valor nominal de uma ORTN (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional), por ser um índice que, ao lado dos componentes econômicos de sua composição, carrega efeitos de variáveis políticas, parece ser inadequado para os fins de correção monetária.

A ORTN, por ser um título de dívida governamental, tende a ter valores fixados em níveis inferiores aos das variações reais ocorridas nos preços. Na história de tal índice verificaram-se desde manipulações na fórmula de seu cálculo, até de terminação arbitrária de seu valor, sem levar em conta variações reais ocorridas em preços.

Como exemplo de manipulação na fórmula de seu cálculo pode ser lembrada a utilização, juntamente com a média móvel de variações de preços passadas, de uma taxa de inflação futura sempre estimada em níveis bem inferiores aos que viriam a se confirmar de acordo com a realidade. A justificativa para esse procedimento consistia em considerar a correção monetária como realimentadora da inflação, e assim a componente do índice que era baseada numa taxa de inflação futura, ao subestimar tal taxa teria o objetivo de atenuar a retro-alimentação da inflação.

Como exemplo de decisão política na determinação do valor de uma ORTN, pode ser citada a variação de 50% no seu valor, durante o ano de 1980, quando a inflação real verificada no período correspondeu ao dobro, aproximadamente, dessa taxa.

Uma consequência da fixação do valor de uma ORTN baseada em índices de variação inferiores ao da inflação real, é a tributação ou distribuição de lucros ilusórios, resultantes da inflação, sempre que a entidade apresente situação monetária líquida positiva.

Outra consequência é a economia de imposto, ou afastamento da neutralidade fiscal, que pode ser obtida por entidades, via diferimento de lucro inflacionário, ou quando apresente situação monetária líquida negativa.

Quanto ao universo de entidades abrangidas pela sistemática, verifica-se que não inclui a totalidade das mesmas, deixando de alcançar algumas e só se aplicando parcialmente a outras.

No primeiro caso, de não abrangência, podem ser citados os empreendimentos rurais pertencentes a pessoas físicas, e obrigados a possuir contabilidade. A legislação fiscal impede a correção monetária de bens pertencentes a pessoas físicas, enquanto não realizados (Pareceres Normativos da CST nº 13/77 e 90/78), e nessas condições um empreendimento rural de grande porte, obrigado a ter contabilidade para demonstrar sua situa-

ção e seus resultados, sofre grandes distorções em seus demonstrativos, com conseqüências econômicas consideráveis, como por exemplo a impossibilidade de calcular depreciação sobre valores corrigidos de ativos permanentes.

No segundo caso, de entidades que só parcialmente corrigem os efeitos de desvalorização monetária, estão as Sociedades de Economia Mista, as quais poderão limitar a correção monetária do ativo permanente ao montante necessário para com pensar a correção das contas do patrimônio líquido.

Tal permissão legal provoca distorções na determinação dos resultados de tais entidades, influenciando no cálculo dos dividendos e conseqüentemente nos preços de ações cotadas em Bolsas de Valores.

Artigo publicado em 20/5/82 no jornal "Gazeta Mercantil" dá notícia de que o lucro da Petrobrás, em 1981, deveria ser quase 40% maior daquele declarado, enquanto o lucro da Companhia Vale do Rio Doce, para o mesmo ano, deveria ser cerca de 88% maior que o declarado, em virtude da permissão legal de correção monetária parcial.

Além do efeito sobre os dividendos e sobre os preços das ações negociadas em Bolsas de Valores, que sendo menores podem provocar perdas aos respectivos acionistas, a correção monetária insuficiente para empresas de economia mista cujo ativo permanente é maior que o patrimônio líquido, também resulta no cálculo de um valor patrimonial menor para as ações, fato que poderia provocar prejuízos a acionistas, na hipótese de reembolso por motivo de dissidência.

Além das distorções acima apontadas, a não aplicação ou a aplicação parcial do princípio da correção monetária a algumas entidades prejudica também a comparabilidade entre elas, tanto no tocante a estoques como no tocante a fluxos. A não comparabilidade de demonstrativos constitui lacuna substancial em qualquer processo decisório, seja de investimento, de financiamento ou mesmo de dimensionamento de carga tributária.



Quanto aos itens contábeis que devem ser indexados ou corrigidos, uma das críticas que pode ser feita à atual sistemática é que só são corrigidas contas de balanço; assim mesmo, deixam de ser corrigidos alguns itens não monetários relevantes, como é o caso de inventários.

Argumenta-se que os inventários não foram incluídos na sistemática como itens passíveis de correção, pelos motivos:

- a) dificuldades práticas de se efetuar a correção;
- b) não materialidade ou significância nos resultados dessa correção;
- c) antecipação do pagamento do imposto de renda, na hipótese de se efetuar a correção dos inventários.

O primeiro argumento, o da dificuldade prática, realmente parece procedente; face ao princípio econômico do custo/benefício, ou do princípio contábil da materialidade, e tendo em conta a sistemática operacional hoje adotada para a correção monetária, em muitos casos, principalmente quando o número de itens de pequeno valor é elevado, a dificuldade prática pode tornar contraproducente a adoção do método. Isso todavia não ocorre no caso de existirem poucos itens, de elevado valor e pequena rotatividade.

A não significância da correção de itens de inventário só ocorre, assim, quando exista grande rotatividade de estoques, ou quando os valores dos mesmos sejam pequenos.

O terceiro argumento, de que a correção de inventários antecipa o pagamento de imposto de renda, é improcedente; por meio do diferimento do lucro inflacionário, a tributação só ocorreria por ocasião da realização financeira.

Outra crítica possível ao atual sistema, é que o mesmo não corrige contas de receitas, de despesas e de custos; assim, é possível que uma despesa ocorrida no início de um ano seja confrontada com uma receita que ocorre no fim do ano, ou mesmo com receita que ocorra em outros anos, como é o caso de contratos de longo prazo. A distorção, no caso, será tanto maior quanto maior for a defasagem entre as datas de despesa e de receita, e quanto maior for a taxa de variação no valor da moeda.

Relativamente à periodicidade da correção, pela sistemática vigente tal correção é efetuada por ocasião da elaboração do balanço patrimonial. Como normalmente as entidades elaboram balanços uma vez por ano, essa periodicidade acaba sendo anual.

A legislação, todavia, permite correção a intervalos menores que um ano, na hipótese de se levantar balanço intermediário no curso do exercício social.

Para o cálculo das quotas de depreciação, amortização e exaustão, é considerado o valor do bem depreciable convertido em ORTN, disso resultando que as quotas trimestrais, ou mensais expressas em moeda nacional serão reajustáveis segundo as variações ocorridas, no valor nominal dos referidos títulos.

Existe, assim, na sistemática vigente, a possibilidade da periodicidade ser reduzida, no mínimo, e para alguns efeitos, a um período mensal, que é o período mínimo em que são medidas as variações no valor nominal da ORTN.

Sob o ponto de vista teórico, uma contabilidade aproximar-se-ia de um ponto ideal, ou de uma contabilidade a nível de preços, se considerasse o fator tempo como um fenômeno contínuo, e não discreto como ocorre na realidade.

Isso seria evidenciável nos casos em que a inflação atingisse a níveis elevados; assim, para uma inflação superior a 100% ao ano, parece que o período de um mês seria longo demais para se medir variações de preços.

Se na prática uma medição contínua fosse inviável, pelo menos a periodicidade deveria ser reduzida para pontos discretos, no tempo, tão menores quanto possível, até o limite em que tal redução se revelasse antieconômica.

J.V.

## 9. PROPOSTAS E SUGESTÕES

A esta altura é possível reconhecer que a sistemática de correção monetária hoje vigente no Brasil, embora represente um grande progresso no processo de aperfeiçoamento gradual que vem apresentando, contém ainda algumas imperfeições que poderiam ser sanadas com algum esforço.

Sem pretender esgotar o assunto, são apresentadas a seguir algumas sugestões e propostas que poderiam resultar num modelo mais próximo, do ponto de vista teórico, do modelo de correção monetária ideal, as quais poderiam ser resumidas em:

- a) mudança do índice de correção;
- b) extensão da sistemática à generalidade das entidades;
- c) correção de todos os itens expostos à inflação;
- d) adoção de critérios de avaliação de ativos segundo o valor de mercado, para adoção do modelo de correção a valores de reposição;
- e) combinação da contabilidade a nível de preços, que reflète variações no poder aquisitivo da moeda, com a contabilidade a custos de reposição, para refletir as variações de preços resultantes de causas estruturais, com a finalidade de gerar demonstrativos contábeis que destacassem:
  - 1) resultado operacional;
  - 2) resultado especulativo (manutenção de estoques);
  - 3) resultado inflacionário;
- f) nas transações a prazo, segregação, nos preços, das parcelas de custo e das relativas a despesas financeiras.

Quanto à mudança do índice de correção, reconhece-se a inadequação do índice de variação no valor nominal de uma ORTN, pelos motivos apontados anteriormente; considerando-se que a utilização de muitos índices poderia prejudicar a comparabilidade de demonstrativos e a objetividade, sugere-se a adoção de um índice geral que reflita, na média, as variações de preços da economia.

Pela ordem, os índices mais adequados seriam:

- a) Deflator implícito do PNB.
- b) Índice de Preços por Atacado.
- c) Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Quanto à extensão da sistemática de correção monetária, sugere-se que sejam incluídas todas as entidades obrigadas a possuir contabilidade, alcançando assim tanto os empreendimentos rurais pertencentes a pessoas físicas, como também as Sociedades de Economia Mista, que atualmente podem efetuar correção parcial do efeito inflacionário.

Relativamente aos itens que devam ser corrigidos, consignese que, pelo modelo atual, só são corrigidos o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido; deixam de ser corrigidos os estoques classificados no Ativo Circulante, e também não são corrigidas contas de resultado. Sugere-se, pois, uma contabilidade integral a nível de preços, que poderia ser operada através da tradução diária de todos os atos contábeis, ou transações expressas em moeda, para índice de preços, só ocorrendo a reconversão para expressão em moeda nacional quando os demonstrativos contábeis fossem divulgados.

Sugere-se, também, a adoção do método de correção a custos correntes, justificável face ao postulado da continuidade da entidade; os demonstrativos contábeis expressariam, assim, situações e desempenhos que levariam em conta o futuro da entidade.

Propõe-se, outrossim, a combinação da contabilidade a nível geral de preços, com a contabilidade a custos correntes ou valores de reposição.

Tal combinação permitirá expressar nos demonstrativos contábeis tanto os efeitos das variações gerais de preços decorrentes de causas monetárias, como os efeitos de variações específicas de preços, decorrentes de causas estruturais.

Isso possibilitaria a geração de demonstrativos de resultados que destacassem tais resultados segundo a origem

dos mesmos, como resultados operacionais, resultados decorrentes de manutenção de estoques, e resultados decorrentes do aproveitamento do processo inflacionário.

Tal demonstrativo, com destaque para os resultados segundo a origem, seria útil tanto para a Contabilidade Gerencial, na medição de desempenho de administradores, ou de departamentos da entidade, como também para outros interessados externos na entidade, como acionistas, investidores, credores, governo, empregados, e outros. Poder-se-ia, no caso, adotar-se para a Contabilidade Financeira a abordagem Macroeconômica, no sentido de se induzir as entidades para determinados objetivos, como de interesse social ou macroeconômico.

A segregação, nos demonstrativos contábeis, do lucro especulativo, por exemplo, possibilitaria ao governo um tratamento tributário especial para esse tipo de lucro, quer aplicando uma tributação diferenciada para desestimulá-lo (ou estimulá-lo, se for o caso), quer determinando tratamento contábil induzindo a entidade a consecução de determinado objetivo, como por exemplo a incorporação obrigatória de tal lucro ao seu capital. O mesmo poderia ocorrer com os outros tipos de lucros, que, segregados, poderiam ter tratamento particularizado.

Quanto à segregação, nas transações a prazo, do valor relativo ao preço à vista e dos componentes relativos a custos financeiros, esta sugestão amplia a disposição contida no Decreto-lei nº 62/66, que não chegou a ser implementada.

Tal disposição, expressa no artigo 13 do citado Decreto-lei, obrigava, nas vendas a prazo superior a noventa dias, o destaque da parcela que correspondesse a receitas financeiras.

A importância desta proposição é justificada pelo fato de, nas transações que envolvem itens não monetários, os preços a prazo incorporarem, ao preço a vista, um diferencial que corresponde à taxa de inflação prevista, além, obviamente, de taxas de juros e taxas de risco.

O acréscimo, nas vendas a prazo, desse diferencial sobre o preço à vista, caso continue não destacável e não identificável, gera problemas e distorções, como por exemplo, a dupla correção, ou correção sobre correção, na hipótese de ativos corrigíveis incorporarem em seus preços a prazo a componente inflacionária.

Este assunto, na verdade, seria por si só suficiente para que sobre ele fosse desenvolvida uma dissertação.

A idéia que justifica esta proposição já foi expressa anteriormente, neste trabalho, e se fundamenta na constatação que, num ambiente econômico supõe-se:

- a) que os agentes tomem decisões racionais;
- b) que agindo racionalmente, ao efetuarem vendas a prazo incluam no preço a ser recebido no futuro, além do valor de mercado à vista, também acréscimos que correspondem a:
  - i) taxa de inflação prevista (parcela economicamente neutra);
  - ii) juros pela espera (ganho financeiro);
  - iii) taxa de risco (ganho econômico para compensar a probabilidade de perda do capital representado pelo preço a vista).

Esta constatação poderia ser enfocada como uma consequência do conceito, desenvolvido na área de finanças, conhecido como "Mercado Eficiente".

10 - CONCLUSÃO

Finalizando esta dissertação, é de se concluir que um modelo de contabilidade a nível geral de preços, combinado com um modelo de contabilidade a custos de reposição, resultaria num modelo melhor que os atualmente disponíveis.

Também pode-se concluir que tal modelo é operacional ou possível, principalmente com a utilização de computação eletrônica de dados; que é simples, e que poderia ser aplicado a pequenas, médias e grandes empresas; que tal modelo possibilitaria a produção de demonstrativos contábeis mais verdadeiros e mais corretos, tendo como principais conseqüências:

- a) distribuição de dividendos ou participações que não descapitalizariam a entidade e nem prejudicaria os respectivos beneficiários;
- b) dimensionamento correto da carga tributária, com pagamentos de tributos em valores justos;
- c) utilização das informações sobre a entidade, para tomadas de decisão como:
  - 1) determinação do valor da entidade;
  - 2) orientação segura para a gerência;
  - 3) avaliação de riscos da entidade, para orientar credores ou usuários externos;
  - 4) induzimento das entidades no sentido de determinados objetivos de caráter social ou macroeconômico.

Assim, sem ter a pretensão de ter esgotado o assunto ou mesmo de ter abordado as melhores idéias, opções e alternativas para o tema, espera-se que este trabalho se constitua numa modesta contribuição para um melhor entendimento e para o desenvolvimento teórico da "Correção Monetária".



BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. FRANCIS, Jack Clark. Investments, Analysis and Management. New York, Mc Graw-Hill, 1976, 710p.
2. COCHEZ, Raúl A. Business Profits Tax Adjustments. Development Financig nº 34, Washington, O.E.A., Dec.1977, p.5-31.
3. HENDRIKSEN, Eldon S. Accounting Theory. Homewood, Illinois. Richard D.Irwing, Inc., 3ª edição, 1977, 636p.
- x 4. IUDICIBUS, Sérgio de. Contabilidade Gerencial. São Paulo, Atlas, 1976, 290p.
- x 5. \_\_\_\_\_. Teoria da Contabilidade. São Paulo, Atlas, 1981, 352p.
6. \_\_\_\_\_ e Outros. Contabilidade Intermediária. São Paulo, Atlas, 1981, 332p.
7. KEYNES, John Mainard. Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro. Brasil, 1ª Edição Brasileira, Fundo de Cultura, 1964, 366p.
- x 8. MARTINS, Eliseu. O Porquê da Correção Monetária do Lucro na Nova Lei das S.A. Revista Brasileira de Contabilidade, 22, Brasil, jul.dez.1977, p.58-61.
9. MATTOS, Antonio Carlos M. O Modelo Matemático dos Juros. Petrópolis, Vozes, 1975, 268p.
- \* 10. SHAPIRO, Edward. Análise Macroeconômica. São Paulo, Atlas, 1978, 766p.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Lei nº 556, de 25/6/1850. Código Comercial Brasileiro.
- Lei nº 6.404, de 15/12/1976. Dispõe sobre Sociedades por Ações.
- Decreto-lei nº 2.627, de 26/9/1940. Sociedades por Ações.
- Decreto-lei nº 1.598, de 26/12/1977. Altera a legislação do Imposto sobre a renda - pessoa jurídica.
- Decreto nº 85.450, de 4/12/1980. Aprova o Regulamento do Imposto sobre a Renda.
- Portaria MF nº 030, de 12/1/1978. Dispõe sobre coeficientes apli-cáveis à correção monetária especial do ativo imobilizado.
- Portaria MF nº 475, de 23/8/1978. Estabelece normas de correção monetária para os empreendimentos em fase de pré-operação.
- Portaria MF nº 512, de 21/9/1978. Estabelece normas de correção monetária específica às sociedades seguradoras.
- Portaria MF nº 1.013, de 27/12/1979. Dispõe sobre a correção mo-netária de sociedades seguradoras e companhias de capitalização.
- Instrução Normativa SRF nº 35, de 24/7/1978. Estabelece normas de escrituração do livro Razão Auxiliar em ORTN, aprova modelo de livro e instruções sobre seu preenchimento.
- Instrução Normativa SRF nº 71, de 29/12/1978. Estabelece normas para correção monetária das demonstrações financeiras das pes-soas jurídicas contribuintes do imposto sobre a renda.
- Instrução Normativa SRF nº 84, de 20/12/1979. Estabelece normas para apuração e tributação do lucro nas atividades de compra e venda, loteamento, incorporação e construção de imóveis.
- Parecer Normativo CST nº 13/77 (DOU nº 75, de 22/4/1977): Rendi-mento líquido da exploração agrícola, pastoril ou extrativa.
- Parecer Normativo CST nº 22/78 (DOU nº 60, de 30/3/1978): Saldo Credor da conta de Correção Monetária.
- Parecer Normativo CST nº 33/78 (DOU nº 73, de 18/4/1978): Pessoas jurídicas obrigadas a fazer a correção monetária do ativo imo-bilizado.
- Parecer Normativo CST nº 90/78 (DOU nº 203, de 24/10/1978): Ren-dimento líquido da exploração agrícola, pastoril ou extrativa.
- Parecer Normativo CST nº 95/78 (DOU nº 213, de 8/11/1978): Cor-reção Monetária de lucro apurado em balanço intermediário.
- Parecer Normativo CST nº 106/78 (DOU nº 04, de 15/1/1979): Cor-reção monetária de reservas técnicas de companhias seguradoras.
- Parecer Normativo CST nº 108/78 (DOU nº 06, de 9/1/1978): Clas-sificação de contas, para efeito de correção monetária.
- Parecer Normativo CST nº 48/79 (DOU nº 174, de 11/9/1979): Cor-reção monetária do Balanço.
- Parecer Normativo CST nº 23/81 (DOU nº 123, de 2/7/1981): Corre-ção monetária do Balanço.